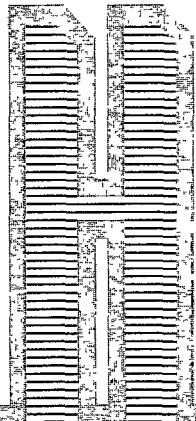




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 118

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 291^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

— De substituições de membros em comissão mista

1.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Nomeação, pelo Governador Franco Montoro, do Dr. José Osvaldo Vieira Pereira, para Delegado-Geral da Polícia de São Paulo.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Apelo ao Presidente do Congresso Nacional, no sentido de incluir em Ordem do Dia, proposta de emenda à Constituição que implanta o regime parlamentarista no Brasil.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Não cumprimento, por parte do Governo, da aplicação da Emenda João Calmon, que destina 13% da receita resultante de impostos com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

DEPUTADO FLÁVIO BIERRENBACH — Possibilidade de haver sido criminoso o incêndio ocorrido no Teatro Universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — TUCA.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Críticas a pronunciamentos do Deputado Brandão Monteiro, por haver citado o nome de S. Ex^e.

DEPUTADO MANOEL VIANA — Momento político.

DEPUTADO CARNEIRO ARNAUD — Telex enviado pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil aos Ministros da área econômica, em favor da manutenção de crédito-prêmio de exportação.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Administração proficia que vem sendo desenvolvida na agência do Banco da Amazônia em Brasília.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Ordem do Dia do Contra-Almirante Hernani Goulart, por ocasião do Dia Marítimo Mundial.

DEPUTADO SARAMAGO PINHEIRO, como Líder — Observações ao discurso do Sr. Flávio Bierrenbach, pronunciado na presente sessão.

DEPUTADO FLÁVIO BIERRENBACH, para uma explicação pessoal — Resposta ao pronunciamento do Sr. Saramago Pinheiro.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Posição adotada pelo PDT com relação ao projeto de lei que altera a política salarial.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE, como Líder — Considerações sobre os critérios adotados na majoração dos preços dos remédios.

DEPUTADO JOSE GENOINO, como Líder — Publicação pelo jornal *Folha de S. Paulo*, do relatório da Comissão Nacional dos desaparecidos da Argentina.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.4 — Questão de ordem

— Formulada pelo Sr. Lélio Souza e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 292^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

Nº 18/84-CN, de presidente de comissão mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer sobre matéria que menciona. **Aprovado**.

2.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

De substituição de membro em comissão mista.

2.2.3 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Entrega de viaturas da Polícia Rodoviária e de ambulâncias pelo Governador Franco Montoro para melhor atendimento à população.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Descumprimento do acordo de lideranças para aprovar a emenda que altera a política salarial.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Situação dos bancos comerciais, de desenvolvimento e de investimentos, em face de recente resolução do Banco Central que determinou o aumento da taxa de recolhimento compulsório.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Reivindicações da classe dos bancários à classe patronal.

DEPUTADO ANTÔNIO CÂMARA — Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO JOSÉ EUDES — Declarações sobre política internacional do candidato da Aliança Democrática, ex-Governador Tancredo Neves.

DEPUTADO HERMES ZANETI — Lançamento, em Porto Alegre, do novo visual do *Jornal do Comércio*.

DEPUTADO BOCAJUVA CUNHA — Matéria constante da Ordem do Dia.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Assunto tratado por S. Ex^a em audiência com o Sr. Ministro do Trabalho.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADOS CELSO PEÇANHA, como Líder, JOSÉ FREJAT e JORGE LEITE — Matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Posição do Partido de S. Ex^a em relação à votação da chamada "emenda Nelson Marchezan", que trata da política salarial. Não acolhimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de denúncia do Procurador-Geral da República contra S. Ex^a, em virtude de denúncia de corrupção que estaria havendo em setor do Ministério da Educação e Cultura.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Exposição do artista amazonense Arnaldo Garcez, que ora se realiza em Brasília.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Atuação do Sub-tenente José Francisco Gama na consolidação do clube "Sociedade Recreativa e Cultural Gaúcho, de Caxias do Sul-RS.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 62/83 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se no próximo dia 3 de outubro, às 19 horas, destinada à votação da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 25 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 293^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.1.1 — Questão de Ordem

Levantada pelo Sr. João Bastos e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.1.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2 — ENCERRAMENTO

Ata da 291^a Sessão Conjunta, em 26 de setembro de 19842^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Marcelo Miranda.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furian — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Frangelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álva-

ro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Victor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pi-metel — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcilio Ayres — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Julio Caruso — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sesim — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS;

Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Mata-rizzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Oscar Alves — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balhaazar de Bem e Canto — PDS; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaca — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincafone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 172 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a Mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 26 de setembro de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Roberto Campos e João Lobo pelos nobres Srs. Senadores Benedito Ferreira e Morvan

Acayaba na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de lei nº 10, de 1984-CN, que “Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Jutahy Magalhães, vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Serão feitas as substituições solicitadas. (Pausa.)

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo de São Paulo, do Governador Franco Montoro, vem se recuperando a olhos vistos. O trabalho de S. Exª tem sido em todos os cantos, em todos os setores do nosso Estado, mas, alguns atos de S. Exª têm refletido e repercutido com maior intensidade.

Hoje ele assina um ato beneficiando os professores, com relação à aposentadoria. Assinou as cinco letras que o Governo Maluf havia retirado dos professores do meu Estado. O Governador Franco Montoro devolveu essas letras ao professorado dando mais um benefício aos professores na data de hoje. Mas, o que me tocou mais profundamente foi a nomeação que fez para Delegado-Geral da Polícia de São Paulo do Delegado Dr. José Osvaldo Vieira Pereira — homem capaz, homem inteligente e acima de tudo, um homem humano, com uma formação humana espetacular. Desde o início do seu governo postulava, junto ao Governador, a nomeação desse Delegado para Delegado-Geral do Estado de São Paulo. Conheci-o como delegado em São José dos Campos, por onde passou deixando amigos, deixando companheiros pela sua maneira de ser, sempre lindo, inteligente, trabalhador e humano em suas decisões. Em São José dos Campos, na região do Vale do Paraíba, José Osvaldo é um nome que se impõe pela sua capacidade, pela sua personalidade.

No início do Governo Franco Montoro, S. Exª nomeara para Delegado-Geral um elemento que eu repudiava Dr. Maurício Henrique Pereira, porque sabia dos seus antecedentes e assim vaticinava o que iria acontecer com esse Delegado. Não deu outra. Este Delegado foi mais tarde exonerado, pela incompatibilidade com a sua classe. Agora já podemos vaticinar de forma diferente. Acreditamos no êxito do Delegado-Geral, na pacificação e na reorganização da Polícia de São Paulo porque à frente daquele organismo está um homem lúcido, um homem humano, um homem capaz, um homem trabalhador, um homem de relações públicas. O Dr. José Osvaldo merece, de nossa parte, todos os elogios, todos os encômios pelo seu passado e pelo que poderá fazer. E também ao Governador de São Paulo, ficam registrados os nossos cumprimentos sinceros pelo acerto desta nomeação.

São Paulo tem hoje um Delegado-Geral à altura do nosso grande Estado. Por isto, deixo consignado nesta Casa a minha satisfação de ter na chefia da Polícia de São Paulo um homem da envergadura do Delegado Dr. José Osvaldo Vieira Pereira.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional nos últimos dias sofreu, junto à opinião pública, desgaste muito grande pelo fato de não

haver incluído na sua pauta de votação a Emenda Theodoro Mendes, o que nos obrigou a recorrer à Justiça contra a Presidência do Senado, consequentemente, contra a Presidência do Congresso Nacional, no sentido de que aquela emenda fosse incluída na pauta. Evidentemente, esta questão vai depender agora do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Uma outra emenda que também prevê eleições diretas está agora a depender apenas da Presidência do Senado, da Presidência do Congresso Nacional, para vir a Plenário. É a emenda que implanta o parlamentarismo com eleições diretas, no Brasil.

Na semana passada, Sr. Presidente, a Comissão Mista incumbida de analisar esta proposta se reuniu e aprovou a emenda, ou mais precisamente, o Substitutivo do Senador Jorge Bornhausen, por dezoito votos contra dois, mostrando o desejo, na verdade, da maioria esmagadora da Comissão e refletindo o desejo da maioria dos Srs. Parlamentares, no sentido de implantar esse novo regime enquanto o País não mergulha em crise maior, evidentemente. Essa solução pode ser aventada como a solução para a crise que o País está enfrentando.

Assim, apelo a V. Ex^e, Sr. Presidente, no sentido de trazer a Plenário a emenda parlamentarista, para que o Congresso Nacional não venha, portanto, mais tarde ser acusado de boicotar essa emenda, de evitar que ela seja apreciada pelo Plenário. Tenho certeza que V. Ex^e recuperará o desgaste que o Congresso Nacional sofreu nos últimos dias, fazendo com que os Srs. Congressistas votem essa emenda. O substitutivo do nobre Senador Jorge Bornhausen é um estudo sério, que contou com o apoio dos dois candidatos à Presidência da República. Portanto, há consenso em torno dela.

Ainda ontem, falando no "Bom Dia, Brasil", o candidato Tancredo Neves não só se disse parlamentarista, mas testemunhou para a opinião pública brasileira que ajudou na sua aprovação, fazendo a mobilização de parlamentares do seu partido, ligados à sua candidatura, no sentido da sua aprovação.

Tenho impressão, portanto, que V. Ex^e tem as portas abertas para esse entendimento, para que a emenda venha à votação. É preciso, consequentemente, que V. Ex^e se abstraia das pressões que ocasionalmente possam ocorrer, e assuma de fato, a chefia do Poder Legislativo quer V. Ex^e encarna, fazendo vir a Plenário essa emenda e que a submeta à consideração de todos os Srs. parlamentares. A Nação anseia, na verdade, por esta medida que prevê eleições diretas para à Presidência da República com a consequente implantação do regimento parlamentarista.

A medida, diga-se de passagem, vem ao encontro do anseio do parlamento, porque o valoriza na proporção em que deixa a critério do gabinete à administração pública. Nunca o Congresso Nacional em nosso País teve tamanha chance de se valorizar como agora, com a aprovação dessa emenda, até porque, pelo substitutivo, a figura do Chefe de Gabinete, isto é, a figura do 1º-Ministro, obrigatoriamente, terá que sair do Congresso Nacional. É, portanto, uma medida que valoriza esta Casa, chamando o Congresso Nacional à responsabilidade. Evidentemente, coloca o Congresso, diante da Nação, numa situação, Sr. Presidente, irrecusável: a de participar da administração. Enquanto essa emenda não for votada, por certo, a opinião pública interpretará essa atitude como sendo uma recusa, como sendo uma fuga do Poder Legislativo, em assumir essas responsabilidades. Portanto, é de grande importância para o Congresso Nacional que essa emenda seja votada. Espero, inclusive, que os Srs. Congressistas aprovem, para que a responsabilidade, na condução dos negócios públicos em nosso País, sob a égide de um novo regime, seja dividida entre o Presidente da República e o Congresso Nacional. É o apelo que dirijo a V. Ex^e, Sr. Presidente, para que, com urgência, V. Ex^e mobilize o Congresso Nacional e, consequentemente, a opinião pública para a análise e discussão dessa emenda que levará o Brasil a uma nova expe-

riência, a uma experiência que todos desejamos a de co-participação do Congresso Nacional na condução dos negócios públicos do País (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

O Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Emenda Calmon:

O Governo Figueiredo desrespeita a Constituição!

A Emenda Constitucional João Calmon, aprovada pelo Congresso em 1983, até agora não está sendo cumprida, num flagrante desrespeito à lei por parte da autoridade maior da República.

No entanto, a mensagem presidencial ao Congresso afirma estar cumprindo a lei, ao apresentar o Orçamento da União para 1985, assim como tinha feito no orçamento de 84.

Ocorre que se tenta enganar a opinião pública e o próprio Congresso Nacional, manipulando números, vício do qual o Sr. Delfim Netto é praticante há muitos anos.

Vamos comprovar nossas afirmações através do exame detalhado dos números.

A Emenda Calmon determina que a União deverá gastar 13% da receita resultante dos impostos com a manutenção e desenvolvimento do ensino. Cabem portanto, inicialmente, duas observações:

— Os 13% não é de toda a receita do Tesouro, nem mesmo de toda a receita tributária, mas somente da receita de impostos. Ou seja, na fração 13/100 (equivalente aos 13%), no denominador só estará a receita de impostos. Mas, logicamente, pelo mesmo motivo, no cálculo das verbas destinadas à Educação para cumprir a Emenda Calmon, o Governo Federal não pode incluir somas oriundas de qualquer outra fonte que não os impostos. Ou seja, se no denominador da fração só entram os impostos, no numerador também só devem entrar impostos (verbas para educação que sejam originária de impostos). Um dos truques do Governo para ludibriar a lei está justamente em não levar em conta essa regra da aritmética elementar, como demonstraremos mais a frente.

— 2ª observação: a Emenda reza que os 13% devem ser destinados não à Educação em geral (conceito elástico), mas especificamente ao ensino. Isso significa que o Governo não pode incluir no numerador verbas destinadas à cultura, esportes, etc. Além disso, não pode incluir também verbas com pesquisas desligadas de um sistema de ensino. O próprio Conselho Federal de Educação emitiu parecer nesse sentido. Todavia, outro truque da SEPLAN é teimar em incluir itens como o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), etc. Voltaremos a esse ponto ao detalhamento dos números.

Analisemos primeiramente o orçamento de 84, partindo dos números oficiais publicados pelo Diário Oficial de 9-12-83. A verba total destinada à função educação era de dois trilhões e 77 bilhões de cruzeiros, que equivaliam a 14,6% do total da arrecadação prevista de impostos, que era de 14 trilhões. A primeira vista, o Governo estaria cumprindo a lei. Mas vamos examinar de perto a questão.

Boa parte do total da função educação são transferências aos Estados e Municípios: Cr\$ 582 bilhões. Ora, esse dinheiro vai aparecer efetivamente na prestação de contas dos Estados e Municípios referentes ao cumprimento da Emenda Calmon, pois são eles que vão gastar realmente essa verba. Portanto, esse dinheiro não pode aparecer duas vezes como destinado à educação. Isso seria uma dupla contagem. Além disso, grande parte dessas transferências se originam de item que não são impostos, como por exemplo, o salário-educação (do qual 2/3 vão para os estados). Em consequência do que foi exposto, devemos subtrair as transferências do total da função educação, obtendo a cifra de um trilhão e 495 bilhões de cruzeiros, equivalentes então a apenas 10,5% da receita de impostos. Só isso já configuraria o não cumprimento da Emenda Calmon. Mas isto é apenas o começo.

Dentro da função educação há ainda dentro outro item discutível: encargos gerais da União, mas que cedem em não questionar aqui, mesmo porque seu volume é relativamente pequeno (onze bilhões de cruzeiros).

Do dinheiro efetivamente gasto pelo Governo Federal em educação, cerca de um trilhão e 404 bilhões foram para o Ministério de Educação e Cultura, enquanto quase 81 bilhões foram para outros ministérios. Essa última quantia é altamente questionável por várias razões. Primeiro, quase a totalidade do dinheiro (76 bilhões) vai para os ministérios militares, que já dispõe de gordas verbas para a formação de seus quadros. Além disso, grande parte, senão a totalidade dos recursos destinados à função educação desses ministérios são oriundos de itens que não são impostos. Ex: contribuição para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, receitas próprias da Escola de Administração Fazendária (Ministério da Fazenda), etc.

Poderemos, consequentemente, que essas verbas destinadas a outros ministérios não devem ser computados para efeito da Emenda Calmon. Subtraindo-se então esses 81 bilhões, teríamos um total de um trilhão e 414 bilhões de cruzeiros, dos quais onze bilhões são referentes aos encargos gerais da União e um trilhão e 403 bilhões são pertinentes ao MEC.

Examinemos agora o orçamento do MEC. De cara deve ser descartada a quantia de 146 bilhões de cruzeiros, provenientes de outras fontes que não os recursos do tesouro, e que, portanto, não são impostos, não devendo ser computados. Além deles, devem ser excluídos os recursos do Tesouro que são vinculados (não ordinários), pois também não são impostos:

- Contribuição do Salário Educação
- Contribuição para o Fundo de Investimento Social
- Operações de Crédito
- Recursos diretamente arrecadados pelo Tesouro

Todos esses itens totalizam cerca de Cr\$ 385 bilhões, que devem ser excluídos do numerador da fração 13/100 (equivalente a 13%) pelo fato de não serem impostos. Somados aos 146 dá 531 bilhões. Restará então um total de 883 bilhões de cruzeiros, que representam apenas 6,2% do total dos impostos.

Cabe notar que mesmo os recursos ordinários do MEC incluem itens que não são impostos mas, dado a dificuldade de apuração detalhada deles, vamos ser benévolos e supor que todos os recursos ordinários são oriundos de impostos e podem, portanto, ser incluídos no cômputo dos 13%.

Analizando a destinação desses recursos ordinários, vemos que cerca de 6,8 bilhões são com atividades que claramente não são de ensino:

- Divisão de segurança e informações
- Conselho Federal de Cultura
- Conselho Nacional de Desportos
- Conselho Nacional de Serviço Social
- Conselho Nacional de Direito Autoral
- Conselho Nacional de Cinema
- Comissão Nacional de Moral e Civismo
- Secretaria da Cultura
- Secretaria de Educação Física e Desportos

Subtraindo-se a verba referente a esses órgãos, resta um total de 876 bilhões. Outras despesas discutíveis são as com burocacia do MEC, que totalizam cerca de 80 bilhões de cruzeiros, distribuídos pelos seguintes órgãos:

- Gabinete do Ministro
- Secretaria de Controle Interno
- Departamento de Pessoal
- Departamento de Administração

Se subtraímos os gastos com a burocacia também, chegaremos finalmente aos gastos estritamente com ensino, financiados por impostos: Cr\$ 796 bilhões, que equivalem apenas a 5,6% do total da receita de impostos!

Como demonstramos, o Governo Federal destinou, em 1984, apenas 5,6% da "receita resultante dos impostos" para o "desenvolvimento e manutenção do ensino". Menos da metade do que manda a Constituição do Brasil!

Além disso, houve um excesso de arrecadação em 1984 que também não está sendo distribuído conforme estipula a Emenda Calmon.

E em 1985, as coisas melhorarão? Ainda não dispomos de todos os dados detalhados para uma análise minuciosa como fizemos do orçamento de 84. Mas, pelos dados divulgados parece que haverá uma piora, em vez de melhora.

Comparando-se os dados disponíveis, percebe-se que, enquanto em 84, a verba destinada à função educação representava (no valor bruto), 14,6% do total da receita prevista de impostos, essa relação cai para 14,0% em 1985.

Comparando-se a verba destinada ao MEC (total geral) também há uma queda de 10,1% para 8,9% do total de impostos.

Concluindo, Sr. Presidente, percebe-se claramente a manobra cínica do Governo em ludibriar a Nação brasileira, afrontar e tripudiar do Congresso Nacional e fazer da Constituição letra morta.

Nós continuamos com 8 milhões de crianças fora da escola, e o ensino para nós é questão fundamental.

Informo V. Ex* que este ano serei uma candidata a impedir a aprovação do Orçamento da União, pedindo verificação de quorum constantemente, porque ele não cumpre uma emenda constitucional aqui aprovada, em novembro do ano passado, que é a referente à educação brasileira que, para nós é ponto essencial, inclusive em termo, de soberania nacional. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SR^a IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO.

TABELA I
ANÁLISE DAS VERBAS PARA EDUCAÇÃO — GOVERNO FEDERAL
1984

1. Receita de Impostos	14.222	100%
2. Verba p/Fisc. Educação	2.077	14,6%
3. Transferências	582	
4. Encargos Gerais da União	11	
5. Gastos c/Educação do Gov. Federal	1.484	
6. Soma (4 + 5)	1.495	10,5%
7. Verba p/Educação — Outros Ministérios	81	
8. Verba para Educ. = MEC	1.403	
9. MEC + Encargos da União	1.414	
10. MEC — Outras Fontes que não Tesouro	146	
11. MEC — Recursos Vinculados	385	
12. 10 + 11 — Recursos que não Impostos	531	
13. MEC — Recursos que não Impostos 9-12	883	
14. MEC — Atividades que não Ensino	6,8	
15. MEC — Gastos c/Burocracia	80	
16. Gastos c/Ensino provenientes de Impostos		
13 - 14- 15	796	5,6%

TABELA II
COMPARAÇÃO 85/84 (EM BILHÕES DE Cr\$)

	1984	1985
Impostos	14.222	56.022
Verba p/Função Educação	2.077	7.827
Verba p/MEC	1.440	4.986
Função Educação — Impostos	14,6%	14,0%
MEC — Impostos	10,1%	8,9%

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Bierrenbach.

O SR. FLÁVIO BIERRENBACH (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

No último sábado, dia 22 de setembro, ocorreu um incêndio no TUCA, Teatro Universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Trata-se mais do que uma simples coincidência o fato desse sinistro ter acontecido exatamente no mesmo dia em que, no ano de 1977, houve a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, comandada pelo então Secretário de Segurança Pública, o Sr. Erasmo Dias, que depois foi Deputado Federal, e que teve como tesoureiro da sua campanha o Sr. Georges Gazzalle, este mesmo amigo do Presidente da República, que em duas campanhas eleitorais consecutivas serviu como arrecadador de recursos para as campanhas eleitorais do famigerado Sr. Erasmo Dias da Silva.

Eu não acredito que este incêndio ocorrido no TUCA tenha sido meramente acidental. É óbvio que não é possível, sem leviandade, adiantar conclusões, posto que a Polícia Técnica de São Paulo ainda não exarou o seu laudo pericial. Mas, pelas notícias que vêm de São Paulo, por tudo aquilo que narram os jornais, tudo leva a crer que o incêndio tenha sido criminoso. Se esse incêndio foi criminoso, obviamente ele se insere num plano de desestabilização das instituições que têm algo, e muito, a ver com a candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf.

No ano de 1980, naquele mesmo recinto, no Teatro da Universidade Católica, o TUCA, foi preso um suposto estudante da Faculdade de Economia da Universidade Mackenzie, quando portador de bombas de gás sulfídico, procurava semear o pânico em um ato público que lá se realizava. Na minha presença, então Deputado Estadual, e na presença do Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, ao tempo meu colega na Assembléia Legislativa de São Paulo, esse suporte estudante, esse suspeito, pseudo-estudante, foi preso e levado às dependências do antigo DEOPS — Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. Até hoje aquela repartição pública não deu nenhuma satisfação à opinião pública, a respeito de quem se tratava, e ouviu-se, naquela ocasião, que esse mesmo pseudo-estudante afirmara que ainda chegaria o dia de pôr uma bomba ou de incendiar o TUCA que, por suas tradições, por sua presença na vida política de São Paulo, teve um papel relevantíssimo em relação à redemocratização arduamente conquistada pela sociedade brasileira.

Hoje é o momento oportuno para que, não apenas o Governo de São Paulo, mas a imprensa e a opinião pública cobrem as investigações que àquela época deveriam ter sido feitas em relação a esse terrorista que colocara bombas no TUCA, e que, no passado ao encontro dos tumultos e das depredações que ocorreram nas estações suburbanas da FEPASA, esse mesmo indivíduo, que é um terrorista cujo nome é conhecido pelos órgãos de segurança, foi identificado fotograficamente.

Dai por que este registro, que entendo seja necessário fazer nesta sessão do Congresso Nacional, para conhecimento das duas Casas do Congresso brasileiro e para que a Magnífica Reitora da Pontifícia Universidade Católica, Dr^a Nadir Gouvea Cury, para que o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns saibam que poderiam contar com a efetiva solidariedade daqueles que perseguem a redemocratização deste País e que vão integrar a campanha de reconstrução do TUCA, para que, custe o que custar, ele continue a desempenhar o seu papel redentor e renovador da sociedade brasileira. (Muito bem. Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero protestar, veementemente, contra a conduta irresponsável, covarde e servil do Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro que, para talvez sair do anonimato, me envolveu nos seus pronunciamentos, declinando o meu voto, como se o meu voto fosse uma coisa negociável por terceiros. Meu voto pertence a Agnaldo Timóteo e àqueles que confiaram em Agnaldo Timóteo. E por certo, esse voto será dado àquele candidato que Agnaldo Timóteo creia ser melhor para os seus eleitores.

O que mais me aborreço, Sr. Presidente, é que o Deputado Brandão Monteiro, um advogado razoável, com um modesto currículo de trabalho, somente está nesta Casa, porque Agnaldo Timóteo o trouxe consigo através dos meus 503 mil votos, pude trazer o Deputado Brandão Monteiro com seus modestos 24 mil votos.

E o Deputado Brandão Monteiro insiste, servilmente, em usar o nome de Agnaldo Timóteo, talvez por estar recebendo, como sempre, as determinações do seu chefe, o Governador Leonel Brizola. E quando digo recebendo orientação é porque sou testemunha de que tudo aquilo que o Deputado Brandão Monteiro traz a esta Casa tem que, primeiro, receber ordens do Palácio Guanabara, do Rio de Janeiro. Lamento, profundamente, que este Deputado tenha chegado à liderança do PDT — nós que tanto falamos em dignidade, em liberdade, em comportamento e em atitudes — exatamente através de conchavos, negociações e transações, com a troca de modestas vice-lideranças nesta Casa.

Brandão Monteiro, deputado pelo PDT do Rio de Janeiro, que tenha mais respeito pelo Deputado Agnaldo Timóteo que tem personalidade bastante, e tem condições para declinar o seu voto! Porque, Agnaldo Timóteo chegou nesta Casa com 503 mil votos e não com os modestos 24 mil votos do Deputado Brandão Monteiro, o qual sem nenhuma identidade popular, completamente anônimo não só como advogado, mas também como deputado, pela sua inércia nesta Casa, pela sua conduta rasteira e mesquinha, somente fazendo aquilo que lhe determina o seu chefe supremo que é o Governador Leonel Brizola.

Protesto veementemente, e proibo ao Deputado Brandão Monteiro a declinar o meu nome, quando quiser aparecer. Se ele quiser aparecer que faça o que tanta gente faz hoje em dia nos programas de calouros da televisão: coloque alguns medalhões bonitos, um bonito colar e vá dançar break imitando, por certo, as canções maravilhosas do Michael Jackson, mas não declinando o nome de Agnaldo Timóteo, pois Agnaldo Timóteo é Deputado Federal e Deputado respaldado por uma votação

histórica, pois que, jamais neste País, num primeiro mandato, alguém teve a votação que teve Agnaldo Timóteo! Então, que me dêem o direito de agir e responder pelos meus votos, já que eu tenho um respeito muito grande pelos meus eleitores. Não devo nenhuma satisfação a alguns deputados medíocres, como Brandão Monteiro, frustrados pela minha popularidade, pela minha personalidade e, principalmente, pela minha coragem. Não sou covarde como eles, e quando digo — eles — é porque existem outros no PDT que só fazem, aqui, aquilo que determina Leonel Brizola. Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concordo a palavra ao nobre Deputado Manoel Viana.

O SR. MANOEL VIANA (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. presidente, Srs. Congressistas:

Se analisado detidamente o interesse dos militares das três armas pelo momento sucessório, haveremos de nos defrontar, não com o fantasma de um retrocesso, mas com uma natural preocupação com relação à imagem do Presidente Figueiredo, desgastada em decorrência da presença do candidato do PDS, Paulo Maluf.

Os militares foram bem claros e incisivos quanto ao respeito às normas constitucionais vigentes, enquanto o próprio Presidente antecipou qualquer raciocínio para tranquilizar a nação dizendo que, "aquele que ganhar leva a faixa presidencial". Se os números de Paulo Maluf tivessem convencido efetivamente o Palácio do Planalto, certamente não precisaria Figueiredo responder aos jornalistas, em São Paulo, afirmando que não era profeta para saber quem ganharia no Colégio Eleitoral.

Ficando no mesmo sistema indireto e baseado na matemática de que o partido do Governo era majoritário no Colégio Eleitoral, os generais Geisel e Figueiredo, mesmo não sendo profetas, agiram com tranquilidade quanto ao fato de que sairiam vencedores. Figueiredo montou todo seu esquema e, inclusive, mandou reformar a Granja do Torto para ser sua morada de seis anos. Essa dúvida, vale salientar, é promovida exatamente pela insólita candidatura do PDS, que o General Figueiredo diz apoiar por, "dever ético". Se o partido escolheu, não tem culpa. Foi decisão da maioria e acato, como defensor da democracia" — trovejou o Presidente quando abordado sobre o tema. Mas, logo em seguida, foi categórico: "Não tenho preferências como Presidente da República, quem ganhar leva".

Os militares, preocupados com as vias que o Presidente da República recebeu em Rondonia, como rebarba da companhia de Maluf, reuniram-se e aproveitaram o ensejo para condenar a presença das bandeiras que representam os partidos clandestinos e de esquerda. Essa observação, contudo, foi imediatamente acatada, inclusive pelos próprios dirigentes dessas organizações, que revelam não serem deles as bandeiras. Como a proibição agora partiu da direção da Aliança Democrática, a bandeira que aparecer em qualquer dos comícios será destruída e seu portador detido, para saber os reais mandantes. Foi uma ajuda que os militares fizeram às oposições brasileiras, porque só assim advertiram que existiam agentes provocadores, certamente ligados ao candidato do PDS, com intuito de macular as manifestações populares que se iniciaram em respaldo à candidatura de Tancredo Neves.

Impossibilitado de conseguir qualquer apoio do povo e, consequentemente, realizar comícios, imaginava o Deputado Paulo Maluf que sua estratégia de denúncia "bandeiras vermelhas", poderia exterminar as concentrações públicas, exatamente o fato principal que promove a diferença entre os dois candidatos: aceito pela Nação e o rejeitado pelo povo. Os militares, cumprindo o dever inherente às suas funções, estão atentos e alertas, inclusive, para o desgaste que Maluf trará à imagem do Presidente Figueiredo, a seu projeto de abertura política e o encerramento do ciclo revolucionário, sem traumas e

sem intranquilidades. Por tudo isso, querem que o Chefe Supremo das Forças Armadas seja um homem que tenha o endosso do povo brasileiro e não a repulsa, revolta e rejeição da Nação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concordo a palavra ao nobre Deputado Carneiro Arnaud.

O SR. CARNEIRO ARNAUD (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recebemos, do Presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem da Paraíba, Fernando Marques de Almeida, cópia de telex que lhe foi enviado pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil, simultaneamente encaminhado o seu inteiro teor aos Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, para o Diretor da CACEX e para o Diretor do Banco Central.

Diz esse despacho telegráfico:

"Vimos à presença de V. Ex^a a fim de manifestar nossa perplexidade, diante da inesperada antecipação da extinção do crédito — Prêmio de exportação, o que acarretará enormes prejuízos aos exportadores, principalmente no momento em que existem inúmeras vendas contratadas, para entregas até abril de 1985, data em que fora prevista a retirada daquele benefício, conforme norma existente.

Diante de tal medida, as empresas que cumprirem compromissos sofrerão grandes perdas, enquanto outras serão obrigadas a cancelar suas entregas, perdendo credibilidade junto aos clientes do exterior.

Ade mais, o País também será grandemente prejudicado, em face da redução dos negócios de exportação, ocorrendo o decréscimo na entrada de preciosas divisas.

Apelamos ao bom senso sempre demonstrado por V. Ex^a, no sentido de se encontrar fórmula compensatória que possibilite às empresas exportadoras cumprirem seus contratos, a fim de que possam manter nossa tradição exportadora e os clientes conquistados com grandes esforços ao longo de muitos anos."

Apoiamos, como merece, o pedido que o Sr. Luís Américo Medeiros, Presidente do Conselho Nacional da Indústria Têxtil encaminhou aos Ministros da área econômica, tanto mais quanto medidas como essa reduzirão o desempenho da nossa balança comercial, a única coisa que se está comportando seriamente, no contexto das instituições nacionais, antevedendo um saldo de doze bilhões de dólares este ano. Evidentemente tal desempenho se reduzirá, em 1985, se não for restabelecida, desde logo, o crédito-prêmio exportação, que tanto incrementa o nosso comércio internacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concordo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ninguém desconhece, neste País, as dificuldades que envolvem o setor financeiro, em decorrências de medidas restritivas adotadas pelo Governo, com vistas a ordenar a política de captação de recursos para fazer face à demanda dos investimentos de que carecem as pequenas, médias e grandes empresas, como fulcros de sustentações, que são, do suporte da economia nacional.

Temos de convir, numa avaliação absolutamente técnica e isenta de privilégios, que as decisões adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, em que pese às reconhecidas necessidades para enfrentar o histórico momento de transição com o qual nos defrontamos, se mostraram responsáveis por conflitos que inevitavelmente teriam de

ocorrer envolvendo, de um lado, os agentes financeiros estatais e privados, e do outro, o tomador do dinheiro.

No contexto desse labirinto recheado de complexidades, impõe-se aos gerentes das organizações financeiras colocar na evidência de suas atividades, o chamado grau de competência para convencer o cliente à adaptar-se aos novos métodos da política governamental, o que a despeito de não ser fácil, ainda assim foi possível produzir alguns sucessos, graças à credibilidade de alguns desses dirigentes bancários, construída sob os auspícios de relacionamentos sólidos entre a organização e o cliente.

No elenco dos raros casos de sucessos que conhecemos — valendo destacar qualquer ligação com o personagem do evento — podemos citar a eficácia administrativa e gerencial do homem que dirige o Banco da Amazônia S/A, com sede em Brasília. Jamais o conheci pessoalmente ou através de contatos outros, como sequer coloquei os pés na agência que gerencia.

Isto me dá o direito de julgá-lo com isenção, com fulcro em informações fidedignas que atestam os relevantes serviços em favor da projeção de uma das Agências do BASA, principalmente em momento de crise para a Instituição, que, por motivos não convenientes de serem abordados neste comentário, vem enfrentando percalços seriíssimos, sem poder cumprir os desígnios de sua missão no processo de desenvolvimento da Amazônia Legal.

Para ilustrar as afirmações que subscrevo, torna-se importante registrar alguns dados que refletem, sem favor, a dinâmica do Gerente do BASA, em Brasília.

Vamos aos números: em 3 de janeiro do ano de 1983, o índice de captação de recursos em RDB, não ultrapassou a casa dos trinta mil cruzeiros. Convenhamos que, além de não corresponder aos anseios de um Banco de pequeno porte — o que não é o caso do BASA, tratava-se de um volume ridículo, capaz mesmo de desacreditar a tradição do Estabelecimento entre os congêneres, em todo o País. Mas, em verdade, este era o quadro realístico, ao qual a direção do Banco da Amazônia não podia fugir ou tampouco tangenciar.

Imagine-se a preocupação de um Gerente que assume o cargo, cercado de perspectivas sombrias e, quem sabe, carente de confiança para levantar a imagem do Estabelecimento, reconhecidamente alcançada por força de circunstâncias naturais, decorrentes das constantes alterações provocadas na área econômica.

Sem desfalecimentos no cumprimento da missão, o atual gerente do BASA — cujo nome omito por desconhecê-lo e não gozar da privacidade de sua amizade, colocou-se em campo, e ao invés de esperar o cliente em seu gabinete para o usual sistema de aliciamento, preferiu tornar-se peregrino do dever. Abandonou o salão refrigerado, e saiu à procura da captação de recursos. Isto lhe rendeu dividendos admiráveis, bastando citar que, em menos de 18 meses, a Agência do BASA em Brasília tornou-se "campeã" no volume de RDB, apresentando, no Balanço de 13 de setembro deste ano de 1984, uma arrecadação exuberante de quatro bilhões e setecentos e cinqüenta milhões de cruzeiros.

Os parâmetros numéricos entre janeiro de 1983 e setembro de 1984 dispensam comentários, e revelam que o próprio acréscimo do índice em RDB foi fruto, não apenas de um trabalho profícuo e persistente, mas da criatividade de um elo de confiança na política do Governo, que muitos homens ligados ao setor conhecem, porém, poucos possuem o privilégio de saber difundir e divulgar.

Se a Presidência do BASA tem por hábito contemplar os serviços de seus bons funcionários, não faria favor em conceder a honraria do "mérito especial" ao Gerente da Agência de Brasília, indicando-o como exemplo de competência no exercício de uma função que, além de exigir alta dose de responsabilidade, impõe também urbanidade no trato dos negócios com os clientes, que são a rigor a razão de ser do sucesso ou do fracasso de qualquer instituição bancária. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No transcurso do "Dia Marítimo Mundial" quero registrar nos Anais do Congresso Nacional a Ordem do Dia do Contra-Almirante Hernani Goulart Fortuna, que é Diretor da Diretoria de Portos e Costas.

É a seguinte a Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA Nº 0001/84

"Dia Marítimo Mundial"

O homem primitivo, em seu primeiro contato com o mar, experimentou, provavelmente, a sensação de isolamento e perplexidade diante de um elemento novo que terminava em seus limitados horizontes. Entretanto, esse mesmo homem aprendeu a navegar e foi aberto um notável capítulo na história das civilizações. O mar, se em épocas remotas, apresentava-se como uma barreira à comunicação entre os povos, transformou-se em elemento poderoso na integração das coletividades. Surgiram os desejos de conquista e a necessidade de intercâmbio comercial, avultando a importância das atividades marítimas no desenvolvimento das nações e na preservação de sua segurança e unidade política.

O Dia Marítimo Mundial, hoje comemorado, lembra anualmente o trabalho nobre e digno daqueles que se dedicam às atividades marítimas, bem como o que representa a Organização Marítima Mundial, IMO, criada após a II Grande Guerra, promovendo a colaboração entre os governos, em tudo aquilo que se refere a questões técnicas de interesse da navegação mercante internacional, e à dignificação e preparação profissional do homem que labuta no mar.

O tema estabelecido este ano — "A Cooperação Mundial para o Treinamento do Marítimo" — preocupa-se com dois problemas de suma relevância e atualidade: a segurança da vida humana no mar e a preservação do patrimônio e do ambiente marinho.

O transporte marítimo é responsável hoje por 82% do intercâmbio comercial entre as nações. No caso específico do Brasil, se a navegação de cabotagem responde pela movimentação anual de 25 milhões de toneladas de cargas, constituindo-se num poderoso braço da logística nacional, a navegação de longo curso é o mais importante instrumento do comércio exterior, que representa, hoje, um volume de 40 bilhões de dólares, fator de vital importância na administração do balanço de pagamentos do País.

Acentuada tendência para o crescimento do porte dos graneleiros e ore-oil, a sofisticação crescente de navios porta-contentores e roll-on-roll-off, bem como o elevado índice de operação dessas unidades, na tentativa de minimizar os custos operacionais, exigiram um grau de preparo, sempre crescente, das respectivas tripulações, ao mesmo tempo que era tentada uma redução na presença do erro humano em acidentes no mar.

Não há como divorciar a segurança no mar e a preservação do patrimônio e ambiente marinho, do grau de instrução e da valorização técnico-profissional do homem que garnece os navios em todas as latitudes do globo.

A Marinha de Guerra, ao associar-se às comemorações do Dia Marítimo Mundial, não poderia deixar de registrar a contribuição decisiva da IMO em seus projetos voltados para o ensino profissional marítimo, recebendo estímulos e recursos que permitir aos seus dois grandes Centros de Instrução, o CIAGA, no Rio de Janeiro, e o CIABA, em Belém, transformarem-se em estabelecimentos modelos na América Latina, promovendo a cooperação com várias nações amigas, através de cursos e estágios, que contribuem, hoje, para o aperfeiçoamento de marítimos de outros países, esforço esse tradu-

zido na preservação de 48 bolsistas estrangeiros que freqüentam, este ano, os dois Centros de Instrução.

Mais importante é, ainda, assinalar que os marítimos brasileiros estão guarnecendo, em sua totalidade, os navios da Marinha Mercante, que atingem o limiar de 10 milhões de toneladas, desempenhando um papel de maior importância para o esforço do desenvolvimento nacional, contribuindo para a solução dos problemas marítimos e perseguindo, com seu valor e sua competência, a grande meta de uma navegação mais segura em oceanos mais limpos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Saramago Pinheiro, como Líder do PDS.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO (PDS — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ainda há pouco o nobre Deputado Flávio Bierrenbach teceu considerações com relação ao incêndio ocorrido no Teatro da PUC em São Paulo, procurando dar a impressão de que este incêndio teria conotações criminosas, até políticas, e concluiu dizendo que este evento talvez fosse um dos elementos para a desestabilização do Regime

Ora, Sr. Presidente, nós assistimos aqui, quando o Presidente Figueiredo anunciou à Nação que faria eleições diretas para Governador, aqui neste Plenário, vozes da Oposição se levantaram e puseram em dúvida a palavra do Presidente. E me recordo que com as eleições marcadas e os candidatos em campanha, a Oposição continuou nesse vezo de não acreditar na realização das eleições diretas, nem na posse daqueles que acabaram sendo eleitos. Mas os fatos estão aí; os Governadores da Oposição estão governando, o País caminha agora para uma eleição indireta, é verdade, mas da qual a própria Oposição, vai participar. Portanto, a palavra do Presidente de "quem ganhar, levará" não pode ser posta em dúvida pela Oposição, porque ela foi confirmada através dos fatos.

Estou certo de qua a campanha está levando o entusiasmo ao povo brasileiro, em que tanto um candidato quanto o outro poderá vencer — e sou do PDS, mas reconheço no Sr. Tancredo Neves um homem de grande tradição política, um homem de talento, um homem honrado. Desta forma, espero que a Oposição se coloque num plano digno nesta hora que o Brasil vive, e não se devem jogar pedras no Chefe da Nação, que é um homem responsável, é a pedra angular dessa abertura. Eu acho até falta de sensibilidade da Oposição não reconhecer os esforços do Presidente Figueiredo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Flávio Bierrenbach — Sr. Presidente, pela ordem. Tendo sido citado, nominalmente, indago de V. Ex^e se tenho o direito de resposta imediata?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Flávio Bierrenbach, pela ordem.

O SR. FLÁVIO BIERRENBACH (PMDB — SP. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A carapuça veste a quem serve. Eu não me recordo de ter citado uma única vez o nome do Senhor Presidente da República no pronunciamento que acabei de fazer.

O Deputado Saramago Pinheiro, que agora exerce a Liderança do Partido do Governo nesta sessão, vestiu a carapuça e está vendo fantasmas. Na realidade citei o nome do Sr. Paulo Salim Maluf e não o do Senhor Presidente da República. Eu disse que o Sr. Paulo Salim Maluf, hoje, é um homem que tem interesse em desestabilizar as instituições, porque está perdido, porque não ganha no Colégio Eleitoral nem na eleição direta. Trata-se da única pessoa, neste País, que provavelmente tem o

mesmo número de votos, quer numa eleição direta, quer numa eleição indireta.

De sorte que, não tendo citado o nome do Senhor Presidente da República, não tendo atribuído ao Senhor Presidente da República nenhuma das intenções que maliciosamente procurou ver o Deputado Saramago Pinheiro, quero fazer esta justificativa para dizer que o povo, o País e o Congresso têm que tomar cuidado com o Sr. Paulo Salim Maluf, porque S. Ex^e vai tentar desestabilizar as instituições.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, como Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Evidentemente que não usarei da palavra para responder a quem não merece resposta. O meu passado, a minha vida, a minha dignidade é que respondem por mim.

Só vou usar o microfone do Congresso Nacional para discutir temas de interesse do povo brasileiro. Neste sentido, quero trazer aqui a posição assumida, ontem, pelo PDT nesta Casa, em relação ao projeto salarial, à Emenda do Deputado Nelson Marchezan, que pretendia a modificação do Decreto-lei nº 2.065. —

Hoje, Sr. Presidente, tenho a satisfação, a alegria de cedo ter chegado a esta Casa, como diuturnamente faço, de ter recebido telefonemas de todo o Brasil, de solidariedade, de milhares de trabalhadores brasileiros, pela posição do Partido Democrático Trabalhista. É preciso que analisemos os fatos para que fiquem devidamente nos Anais desta Casa. Trata-se de questão crucial dos entendimentos entre Oposição e Governo a respeito da modificação do Decreto-lei nº 2.065.

É certo, Sr. Presidente, que durante quatro ou cinco vezes estivemos reunidos, os Líderes dos Partidos de Oposição e o ilustre Líder do PDS o Deputado Nelson Marchezan, na tentativa de buscar uma fórmula que modificasse o Decreto-lei nº 2.065. Mas é necessário dizer que o Decreto-lei nº 2.065, não foi sepultado pelo desejo do Governo Federal, mas foi sepultado pela realidade política, pela realidade econômica e, sobretudo, pela compatibilidade dos trabalhadores brasileiros. Quase todos os sindicatos deste País, em acordo de livre negociação, ou em acordos de dissídios coletivos com os seus empregadores têm conseguido índices superiores àqueles determinados pelo Decreto-lei nº 2.065. Até os tribunais deste País já declararam a inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 2.065. Então, a modificação do Decreto-lei nº 2.065 se impunha em face da realidade econômica, política e social do País.

É bom que relembrmos que o Decreto-lei nº 2065 passou nesta Casa devido às maiores pressões do Governo sobre o Congresso Nacional e também porque naquele momento, infelizmente, o Partido Trabalhista Brasileiro votou com o Decreto-lei nº 2.065.

Os entendimentos iniciais feitos entre as Oposições e o Partido do Governo previam quatro pontos que, nós do PDT, assumimos publicamente como os quatro pontos que seriam um avanço na questão salarial brasileira. Propunha o Líder Nelson Marchezan, na oportunidade, 100% do INPC para quem ganhasse até três salários mínimos, o que não trazia nenhuma novidade porque o Decreto-lei nº 2065 também já dispunha dessa forma. Propunha mais o Líder Nelson Marchezan, que de três salários mínimos até o infinito de salários mínimos, de ganhos de trabalhadores, fosse colocado o índice de 80% do INPC, evidentemente, mantendo-se o efeito cascata entre os três e os dez, por exemplo. Propunha também o Líder do PDS que poderia se negociar acima dos 80% do INPC, livremente, sem teto e que, em livre negociação,

encontra-se uma fórmula de os trabalhadores terem o ganho da produtividade.

Estes pontos, Sr. Presidente, consideramos como um avanço em relação ao Decreto-lei nº 2.065, e dispunhamo-nos a manter as conversas, inclusive com pequenas modificações, em até votar o projeto, embora tenhamos dito ao Deputado Nelson Marchezan que não assináramos o seu substituto, e que não votaríamos nos termos em que estava colocado o projeto. Isto dissemos, imediatamente, porque achamos que no processo político se deve agir com lealdade para com os amigos, os companheiros e os adversários.

Sr. Presidente, passaram-se vários dias até que o Deputado Nelson Marchezan solicitou a mim, ao Deputado Freitas Nobre, que ainda estava no Brasil, ao Deputado Ayrton Soares, ao Deputado Celso Pecanha, e ao representante da Frente Liberal, o Deputado José Lourenço, que também participava dessas negociações, para que assinássemos o requerimento de urgência para a votação do Projeto Nelson Carneiro que vinha do Senado. Como não haveria nenhum inconveniente para a assinatura desse pedido de urgência, o fizemos com toda presteza. Entretanto, só na terça-feira que passou — e ontem fez oito dias — é que tomamos conhecimento do termo da Emenda Nelson Marchezan que, para nós, veio com um conjunto de surpresas! Para nós, a emenda exclusiva — e muito bem sabe disso o Deputado Luiz Henrique, que participou muito ativamente desse trabalho, além de outros Deputados como o nobre Líder do PMDB, em exercício —, por exemplo, excluía os aposentados; fazia uma restrição inaceitável para os trabalhadores das estatais. É bom relembrarmos que os trabalhadores das estatais têm sido duramente castigados durante o Governo Figueiredo, a partir das edições dos decretos-leis. Primeiro, por voto de liderança, no passado, esta Casa viu passar aqui o Decreto-lei nº 2.037, após uma luta titânica e grandiosa dos partidos de Oposição, que se uniram nesta Casa para derrotar o Decreto-lei nº 2.036, que trazia no seu âmbito, que trazia, no conjunto de seus artigos, a liquidação das empresas estatais — todos nós nos relembramos dessa vitória memorável no Congresso Nacional. Após menos de 3 meses o Decreto-lei nº 2.037 passou pelo voto de Liderança aqui, logo depois, há poucos dias, o Decreto-lei nº 2.100 foi aprovado por decurso de prazo.

Então, Srs. Congressistas, os trabalhadores das estatais deste País estão duramente castigados e seriam duplamente castigados com a edição dessa nova emenda, conhecida como Emenda Marchezan. E o que fizemos? Fizemos um apelo — e vários Deputados aqui presentes são testemunhas disso — ao Deputado Nelson Marchezan; pois que considerávamos até que o art. 40 do Decreto-lei nº 2.065 era menos duro com os trabalhadores das estatais, do que o art. 14.

Chegamos a pensar na hipótese — e alguns Deputados aqui presentes sabem disso — de discutirmos por 24 horas a troca desse artigo, buscando uma fórmula que pudesse modificar a estrutura do decreto-lei. Lamentavelmente o Deputado Nelson Marchezan, que inclusive não está aqui, nem está no Brasil, nos disse que não poderia esperar por mais 24 horas, porque precisava viajar para Genebra ou estava sendo cobrado pela imprensa.

Acho, Sr. Presidente, que no momento o nosso posicionamento em relação a esse decreto foi o mais amistoso possível. Lutamos até a exaustão no sentido de buscar uma fórmula que pudesse atender aos interesses dos trabalhadores brasileiros. É muito comum, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aqui no Congresso Nacional, e neste País, se emoldurarem leis, procurando enxertá-las depois com artigos absolutamente inaceitáveis, para cojocar a Oposição contra a parede, para colocar a Oposição, como no caso da Anistia, ou agora no caso da questão da lei salarial, como se ela estivesse defendendo o Decreto-lei nº 2.065.

O Sr. Lélio Souza — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Isso pode ser uma tática de Estado—Maior, isso pode ser uma tática vindas dos setores de informação, mas isso não é uma tática política e nós não podemos aceitá-la.

Chegaram a me oferecer a seguinte opção: "vote contra o projeto, faça um discurso contra ele; marque a sua posição, mas deixe o projeto passar". E eu lhes disse: "se eu votar o projeto, vou para a tribuna justificar por que votei. Passei da fase de marcar posição, passei da fase de jovem, do movimento estudantil, de marcar posição para a galeria, sabendo que não teria nenhuma condição de vitória".

Nobre Deputado Lélio, V. Ex^e tem o aparte.

O Sr. Lélio Souza — Nobre Deputado Brandão Monteiro, este assunto, demasiadamente importante, e que põe na mesa das discussões essa questão para nós primordial, que é a da política salarial, precisa merecer um enfoque completamente diferente daquele que está, hoje, orientando o seu equacionamento. Na quarta-feira passada, no exercício eventual da Liderança, fui surpreendido pela inclusão, na Ordem do Dia, dessa matéria, que não chegou a ser discutida, porque o Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, às primeiras horas da tarde daquele dia, recém divulgava às demais lideranças o teor da sua emenda. Anteriormente, na sessão de terça-feira, a Casa havia votado o regime de urgência para que ele tramitasse assim. Mas, a concordância para a adoção do regime de urgência, no meu entendimento, não implicava também prévia adesão ao teor da emenda do Deputado Nelson Marchezan, senão compreendia apenas uma disposição sincera — como V. Ex^e há pouco revelou — de conciliar a posição de tal modo que os interesses dos trabalhadores fossem seguramente contemplados e nós não aprovássemos uma emenda que em vez de avançar no sentido de desmontar essa estrutura de violência econômica imposta ao trabalhador, avançássemos no sentido de aprimorar a legislação salarial. Todavia, a Emenda Nelson Marchezan é uma emenda ampla demais e que traz disposições a respeito de situações que não foram objeto de discussão nos entendimentos anteriormente firmados por lideranças de Oposição.

Por isso, entendo que essa questão padece agora deste vício e, por isto mesmo, abre oportunidade para uma ampla revisão, no que concerne à sua decisão, aqui dentro do Congresso Nacional.

E digo mais, falando em nome pessoal, nós da Oposição, que ao tempo do MDB subscrevemos o substitutivo do MDB ao projeto de autoria do Governo, que se converteu na Lei nº 6.708, temos o dever de observar aquele limite político, aquele compromisso historicamente assinalado ali na apresentação daquele substitutivo. Nenhuma das propostas, nem a do Senador Nelson Carneiro, aprovada no Senado, nem a do Deputado Nelson Marchezan, vem ao encontro de qualquer uma das reivindicações, que na época não foram consideradas, porque o MDB não teve forças suficientes para impor o seu substitutivo. Este, sim, ajustado às aspirações da classe trabalhadora na época consultada, através de uma Comissão constituída pelo Partido para elaborar o respectivo substitutivo.

Parece-me, então, Deputado Brandão Monteiro, que o que hoje abaliza, para o entendimento desta questão fundamental, são aqueles compromissos políticos que não podem ser postergados, que não podem ser ultrapassados, que não podem ser arquivados, até porque o nosso compromisso fundamental é com a mudança radical desta política salarial e não com meros remendos capazes de oferecer ao Governo, ainda, a cabotina saída para dizer que foi o Congresso que revogou o Decreto-lei nº 2.065, quando se sabe que nos termos em que está posta esta questão não haverá revogação coisa nenhuma.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Muito obrigado, nobre Deputado Lélio Souza. V. Ex^e inclusive, com o seu aparte e o seu depoimento, traz para a Casa a exata figu-

ração dos entendimentos que ocorreram e depois as distorções desses entendimentos. Nós chegamos, inclusive, constatar, na quarta-feira, que o Deputado Lélio de Souza estava preocupado quando recebera a Emenda com os termos que vira escrito na emenda.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Pois não, Deputado José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Os esclarecimentos que traz V. Ex^e, quanto ao descumprimento de um acordo por parte da Liderança do PDS, fazem com que eu, neste momento, declare aqui que na verdade nós, Deputados, estamos sendo mal orientados na questão desta revisão do Decreto-lei nº 2.065. Até ontem à tarde, quando votamos, não tínhamos a informação de que a palavra dada no acordo era no limite dos 80% acima de três salários mínimos e 100% até três salários mínimos. As outras alterações incluídas, parecia-nos ter sido também objeto de acordo, e a informação que traz V. Ex^e me faz renovar o meu voto, porque ontem votei com a Liderança de meu Partido e dei o voto "Sim" neste plenário. Mas a informação que traz V. Ex^e me faz refluir dessa posição, revisá-la e repensar sob novo critério, porque me baseio na palavra reconhecida de V. Ex^e. Mas quero dizer a V. Ex^e que mesmo que venhamos a aprovar aqui a Emenda Marchezan, estariam cometendo um verdadeiro crime contra os trabalhadores das empresas estatais, que já pelo Decreto-lei nº 2.100, neste mesmo ano, sofreram uma perda irreparável dos seus ganhos. Mas agora, por determinação do Fundo Monetário Internacional sob a alegação de que é preciso reduzir o déficit público, os trabalhadores das estatais têm que ficar fora dos reajustes minimamente normais que se quer dar a setores da classe média neste País. Veja o equívoco, mais do que o equívoco, o verdadeiro engodo que se quer impor à opinião pública brasileira, dizendo que os salários dos trabalhadores são a causa do déficit público no Estado. Só para uma informação, digo a V. Ex^e que a ELETROBRÁS sofreu, entre 1980 e 1983, um crescimento de 688% no custo de pessoal; ao mesmo tempo, esta empresa estatal sofreu um aumento de 1.972% no crescimento dos seus custos financeiros. A SIDERBRÁS sofreu um aumento de 759%, entre 1980 e 1983, no custo de pessoal; a mesma SIDERBRÁS, pasme V. Ex^e, sofreu um aumento nos seus custos financeiros da ordem de 4.548%. Portanto, o que está detratando as finanças públicas deste País é a forma absolutamente desastrosa como vem sendo conduzida a política econômica. E é exatamente sobre os ombros dos trabalhadores que o Governo está carregando a responsabilidade de tudo. Não é possível que os trabalhadores das empresas estatais venham a pagar pelos erros e pelos demandos da política econômica neste País.

O Sr. Saramago Pinheiro — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Pois não.

O Sr. Saramago Pinheiro — Ontem, ouvimos a palavra do Deputado Nelson Marchezan, sobre esse assunto, hoje ouvimos a palavra de V. Ex^e representando a Oposição. Temos praticamente dois meses apenas nesta sessão legislativa, é este o meu apelo, através de V. Ex^e, à Oposição: ainda há tempo de conversar.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sem dúvida.

O Sr. Saramago Pinheiro — O que não podemos é sacrificar os trabalhadores. Parlamento significa conversar, debater, e estou certo que V. Ex^e e os demais Líderes da Oposição encontrarão entendimento com o Líder Marchezan.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Aldo Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Ouço o nobre Deputado Alto Pinto.

O Sr. Aldo Pinto — Apenas gostaria de fazer justiça ao nosso Líder Saramago Pinheiro, que coloca a questão com uma postura que merece todo o nosso respeito e até mesmo a nossa admiração. Aliás, não foi este o comportamento, ontem, de seus colegas neste plenário, quando o PDT procurou buscar, através da conversação, através do diálogo democrático, uma saída que melhor sirva à causa dos trabalhadores brasileiros. Portanto, deixo registrado a postura do nobre Deputado, que vai ao encontro da tese do Deputado Brandão Monteiro do PDT, que está aí se esforçando sobremaneira, em busca de uma solução mais ampla para os trabalhadores brasileiros. Em segundo lugar, ontem o Deputado Luiz Henrique fez também uma bela exposição desta tribuna, colocando-se de uma forma muito clara a respeito do projeto e da própria Emenda Nelson Marchezan. Conforta-me, também, a postura dos colegas do Rio Grande do Sul, Deputados Lélia Souza e José Fogaça, que até mesmo revendo certas posições assumidas, ontem, por grande parte do seu Partido, dão toda a razão à postura política que o PDT tomou em relação à emenda do Deputado Nelson Marchezan.

Encerro dizendo que nunca se viu na história deste País, principalmente nesses últimos 10 anos, qualquer preocupação do Governo em deter esta política de verdadeira agiotagem oficial, que está liquidando sobremaneira a estrutura empresarial brasileira e a própria sobrevivência do trabalhador brasileiro.

Agora, o Deputado José Fogaça apresenta dados muito claros, evidentes, em relação a esta corrida financeira, em detrimento da vida e da natureza própria das empresas estatais ou de qualquer outra empresa que busca dar serviços e, consequentemente, criar mais empregos para o trabalhador brasileiro. Deixo claro que, ontem, a postura do PDT foi exatamente em cima de debate amplo que se teve com os líderes sindicais, razão pela qual tomamos aquela posição, buscando, hoje ou amanhã, solucionar de uma forma definitiva não essa emenda do Deputado Marchezan, mas os verdadeiros direitos do trabalhador brasileiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a tivesse um pouco de complacência para que eu pudesse terminar o meu pensamento.

Devo dizer ao ilustre Deputado Saramago Pinheiro que nós do PDT estamos absolutamente abertos para continuar os entendimentos. Achamos que é necessário que o Congresso Nacional possa votar uma lei sobre a questão salarial, haja vista que há 20 anos essa questão foi colocada em termos de posição do Executivo.

Estamos abertos para negociação, e não estamos tomando nenhuma posição radical. Quero até fazer um depoimento em relação ao Deputado Nelson Marchezan, que tem se portado com o maior cavalheirismo. Tenho sentido as dificuldades do Deputado Nelson Marchezan em encaminhar muitas questões, em função da posição do Executivo. Quero deixar esse meu testemunho e esse meu depoimento.

Hoje, Sr. Presidente, só para mostrar a justeza das nossas posições, recebi um telefonema do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários da Bahia, que nos dizia de sua solidariedade ao nosso posicionamento, que os eletricitários da Bahia já tinham conseguido 103% para quem ganhava até 3 salários mínimos e 100% para quem ganhava acima de 3 salários mínimos.

Encerrando, quero dizer aos meus nobres pares que não vou responder a um Deputado que de hoje em diante jamais repetirei o seu nome. Um Deputado que se acha o dono do mundo, que se acha a grande figura desta Casa. Não vou responder a ele, mas vou dizer que os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados têm visto o meu comportamento nesta Casa, e V. Ex^as sejam os

grandes julgadores entre o meu comportamento e o comportamento desse Deputado que até hoje não se definiu. Eu jamais me referi a esse Deputado como votando neste ou naquele candidato. Disse sim que dos Deputados eleitos pelo PDT, eu tinha dúvida sobre um, que até hoje não se definiu a respeito dos votos no Colégio Eleitoral.

A nossa bancada integralmente votará no candidato Tancredo Neves, para evitar o pior. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique, como Líder do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tendo em vista que apenas S. Ex^a o Sr. Presidente representa o Senado aqui, neste instante.

Existem órgãos do Governo Federal que assumem um poder incomensurável. O estado absolutista, o estado autocrático, o estado capaz de decidir e impor condições aos seus cidadãos, se transmuda da Idade Média, se transmuda da Renascença, se transmuda da Idade Moderna e vem para os tempos contemporâneos neste Brasil. Um desses órgãos tem a sigla CIP — Conselho Interministerial de Preços. Quem o constitui? Quem adota as suas decisões? O que anima essas decisões, o que orienta essas decisões, e o que determina essas decisões? Ninguém sabe. Que foro desculpa as suas decisões? Ninguém sabe. Que informações técnicas, sociais e econômicas norteiam as suas decisões? Ninguém sabe. Quem o polícia, quem o fiscaliza, quem tem poder normativo para alterar as suas decisões? Ninguém sabe.

O fato é que o Conselho Interministerial de Preços, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabou por estabelecer ontem uma das suas tantas decisões nefastas para o povo brasileiro. Determinou, veja Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que os remédios sejam majorados até 45%. E mais, deixou ao alvedrio das empresas produtoras de remédios a fixação da majoração de preços, ou seja, os remédios poderiam ser aumentados de 10 a 45%, mas as empresas produtoras passaram a ter o direito de escolher quais remédios deveriam ter o aumento de 10, quais os de 15, quais os de 20, quais os de 25, quais os de 30, quais os de 35, quais os de 40 e quais os de 45%.

Ora, Sr. Presidente, qual foi a consequência nefasta desta decisão infeliz do Conselho Interministerial de Preços? Foi que as empresas que fabricam os remédios no País, majoraram em 45% os remédios de maior saída, os remédios de maior consumo, os remédios mais populares, os remédios mais necessitados pela população, e isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trouxe um impacto altamente negativo à bolsa do povo.

Nós não podemos concordar com esses critérios, Sr. Presidente. O povo já está numa situação de desespero, seja em função da alta taxa de desemprego neste País, seja em função da alta taxa de subemprego neste País. Porque se verificarmos o perfil da PEA, ou seja, da População Economicamente Ativa deste País, vamos verificar que no censo de 80 ela representava 46 milhões de brasileiros; 46 milhões que têm alguma atividade econômica e sabe quantos desses 46 milhões que têm alguma atividade econômica, têm "carteirinha" assinada? São assalariados com "carteirinha" assinada? Apenas 14 milhões. E sabem quantos pertencem ao chamado setor informal da economia? Ao chamado setor da economia invisível? 11 milhões! 11 milhões de brasileiros que exercem algum trabalho remunerado sem nenhum direito trabalhista, sem carteira assinada, sem regime consolidado.

Pois bem, Sr. Presidente, se são apenas 14 dos 46 milhões da PEA os que têm carteira assinada, 90% desses trabalhadores recebem apenas de 1 a 7 salários mínimos; e 68% desses trabalhadores recebem apenas de 1 a 3 salários mínimos e estão tendo os seus salários majorados abaixo da inflação pelo exercício perverso, anti-social, de

expurgos do INPC, que não representa a flutuação do custo de vida.

Pois bem, além dessa terrível dívida social, além desse terrível perfil da sociedade brasileira, o que vamos verificar: sociedade carente, desempregada, desassistida, fainista, doente, tendo que comprar remédios majorados a 45% de uma só batelada.

Não podemos deixar de protestar e, hoje à tarde, Sr. Presidente, na sessão da Câmara dos Deputados, vou propor pedido de informações ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, para que informem o porquê desse critério nefando, desse critério injustificável que está a massacrar, ainda mais, o povo brasileiro, principalmente os 80, 90 milhões de marginalizados que temos neste País.

O Sr. Aldo Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE — Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Deputado Aldo Pinto.

O Sr. Aldo Pinto — Nobre Deputado Luiz Henrique, o assunto que V. Ex^a está tratando, indiscutivelmente, é um dos mais sérios. É tão sério que entendemos que o problema não é somente em função desse absurdo que aconteceu, no dia de ontem, em relação ao CIP. Deputado Luiz Henrique, talvez tenhamos que examinar muito bem o trabalho do CIP, talvez tenhamos que solicitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar sua atividade; precisamos urgentemente convocar, na Comissão de Economia, os representantes diretivos deste órgão, que sempre está presente para majorar preços, principalmente aqueles que atendem aos interesses das empresas multinacionais, ninguém mais suporta a forma liberal com que este órgão está tratando esses interesses em detrimento dos interesses do povo brasileiro no setor da saúde pública, da agricultura, dos fertilizantes, dos inseticidas, dos fungicidas, etc., que alcança os preços liberados pelo CIP, verdadeiramente escandalosos e que comprometem, sobremaneira, o custo da alimentação, que também é básica para o consumidor, para o trabalhador brasileiro, porque se o nosso homem se alimentasse, se não houvesse subalimentação, não teríamos a necessidade, até mesmo, do uso dos remédios. É uma cadeia formada de interesses, e o CIP tem aí uma participação, no nosso entendimento, *data venia*, altamente nefasta em relação aos interesses de toda a Nação. Por isso, eu me dirijo aqui, nobre Deputado Luiz Henrique, buscando solidarizar-me com V. Ex^a, mas, ao mesmo tempo, dizer a V. Ex^a que a par dessas iniciativas que V. Ex^a pretende tomar junto ao Ministério, que a Comissão de Economia agilize, urgentemente, para que trate desse assunto, no dia de amanhã se for possível, referentes a esse órgão com o qual temos sérias dúvidas a respeito de suas atividades em relação ao interesse da Nação.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Nobre Deputado Aldo Pinto, V. Ex^a, quando Deputado Estadual, na Assembleia do Rio Grande do Sul, recebeu, várias vezes, laurel como o Deputado mais atuante no campo da defesa do trabalhador, pelas suas profundas análises econômicas e pelas denúncias que fazia, traz à colação, exatamente o ponto que eu queria abordar no momento do aparte de V. Ex^a.

Acho que V. Ex^a deve, efetivamente, promover a convocação dessas autoridades para depois, na Comissão de Economia, fazer uma verdadeira devassa a respeito da atividade deste órgão.

V. Ex^a tocou exatamente no ponto crucial. Por que é que o setor de remédios consegue, de uma hora para outra, um aumento tão generoso concedido pelo CIP ainda de forma seletiva? A empresa produtora de remédio tem o direito de escolher qual o remédio que deve ser majorado em 45% e qual o que deva ser no piso mínimo de 10%. E ela então, logicamente, vai escolher os remédios de maior saída: para dor de cabeça, gripe, diarréia, febre, etc. e tal.

Por que é que o CIP é tão generoso com esse setor produtivo brasileiro? É que mais de 90% desse setor se encontra em mãos de empresas multinacionais que têm um poder de lobby, que têm um poder de pressão, que têm um poder de corrupção, muito grande de corrupção ativa muito grande. Não quero dizer que tenha ocorrido em todo o mundo. Vez por outra surge um escândalo na Europa, na Ásia, na África, na América, um grande escândalo de corrupção ativa por parte de empresa multinacional relativamente a órgãos de governos.

É estranhável que o CIP venha sendo tão generoso com as empresas multinacionais dos remédios. Aliás, um dos projetos de impacto do Governo, anunciado, alto e bom som, pelo Governo dito revolucionário, era a criação da Central de Medicamentos. A CEME era criada, diziam os arautos do poder arbitrário, para resolver o problema da comercialização e da fabricação dos remédios populares, dos remédios utilizados pela população, a começar pelo ácido acetilsalicílico, dos remédios de maior consumo. A CEME passaria a substituir as empresas multinacionais no fabrico, na comercialização e na distribuição desses remédios. Os anos se passaram e a CEME está afi inoperante, com uma produção mínima, com uma comercialização mínima, com uma distribuição mínima, e o grande espaço da produção, da fabricação, da comercialização e da distribuição dos remédios continua em mãos de poderosas empresas multinacionais, que têm fabricado neste País, ainda e constantemente, remédios proibidos no receituário médico de países desenvolvidos, como já foi denunciado aqui e alhures. E nada se faz para evitar que isso continue acontecendo.

O Sr. Saramago Pinheiro — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE — Permitirei, com o maior prazer, Deputado Saramago Pinheiro.

O Sr. Saramago Pinheiro — Estou ouvindo com muito interesse o assunto que V. Ex^e aborda, que é, realmente, de interesse nacional. Para que V. Ex^e, que é um Deputado objetivo, termine o seu discurso de uma maneira prática, queria dizer que me parece muito acertada a sugestão do Sr. Deputado Aldo Pinto, porque a comissão não tem poderes para convocar, mas a comissão convida. Estou certo de que o Governo terá todo o interesse de fazer com que os que pertencem ao Conselho Interministerial de Preços compareçam à Comissão de Economia e esclareçam, não apenas a nós, Deputados e Senadores, mas também, e principalmente, à opinião pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Agradeço o aparte de V. Ex^e e trago o assunto à tribuna para que este Congresso saia desse marasmo, saia desse conchavo de gabinetes, saia dessa preocupação única com a questão sucessória; para que este Congresso volte a debater os problemas nacionais volte a debater a carestia, volte a debater o custo de vida, volte a debater essas decisões antipopulares, anti-sociais, porque, de repente, a imprensa anuncia como coisa perfeita e acabada, inamovível e irremovível, incapaz de ser modificada.

O Sr. Flávio Bierrenbach — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE — Concedo o aparte a V. Ex^e

O Sr. Flávio Bierrenbach — Perdoe-me por voltar novamente a este assunto porque, na verdade, considero, essa matéria que V. Ex^e está tratando na tribuna, nobre Deputado, muito importante. V. Ex^e referiu-se há pouco à respeito da CEME. Acho que, por incrível que pareça — preste atenção à minha afirmação — por incrível que pareça, a CEME hoje está servindo, mais um ano, os interesses dos grandes grupos farmacêuticos internacionais do que defendendo o valor do produto a nível de consu-

mido. As empresas multinacionais que produziam produtos a nível popular, em vez de buscar, através de propagandas, a colocação desses produtos no mercado em última análise, terem grandes gastos para colocar esses produtos no mercado, utilizaram-se da CEME para popularizar os seus produtos farmacêuticos e, consequentemente, com tranquilidade, hoje comercializam graças à atuação desse órgão estatal, que depois recuou. O assunto é muito sério e ninguém tem mais o direito, neste País, principalmente o trabalhador ou qualquer funcionário desta Casa, de ficar doente, muito menos o de morrer.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Agradeço a V. Ex^e Efetivamente a Central de Medicamentos não cumpriu a sua finalidade. Ela foi anunciada de forma tão bombástica, alimentou-nos tantas esperanças e, hoje, gera-nos grande frustrações.

Encerro, Sr. Presidente, conclamando esta Casa no sentido de que se debruce, mas se debruce com vontade e fervor sobre estas questões. A questão dos remédios é uma das questões essenciais. Melhor seria se não precisássemos deles; mas os índices de verminose, os índices de subnutrição, os índices de mortalidade infantil, os índices de tuberculose, os índices recordistas de doenças infectuosas e endêmicas neste País, são tão alarmantes, que os remédios são parte essencial do nosso cotidiano.

Por isto é fundamental que possamos unir a nossa força, a nossa luta, no sentido de impedir que privilégios, como esses, continuem existindo neste País, para infarto e desgraça da gente brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra, como Líder do PT, ao nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Como Líder pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Lamentavelmente e estranhamente vamos fazer aqui um registro de assunto da maior importância, que até agora não mereceu nenhuma repercussão nesta Casa. Isso se refere ao dossier publicado pela Folha de S. Paulo de domingo, sobre o relatório Ernesto Sabato, publicado e divulgado pela Comissão Nacional dos desaparecidos da Argentina. Trata-se de um relatório detalhado, publicado em matéria assinada pelo Jornalista Flávio Tavares, em que relata fatos que já eram mais ou menos conhecidos da opinião pública mundial. Mas, o mais sério desse relatório é que, em vários artigos assinados pelo jornalista Clóvis Rossi e pelo próprio jornalista Flávio Tavares, em matéria da Folha de S. Paulo de ontem, eles chamam a atenção para, extamente, a gravidade em que chegou, no Continente Latino-americano o desrespeito aos direitos humanos. E chamam a atenção — o Clóvis Rossi situa isso pontual e radicalmente — para que não haja nenhuma omissão com relação ao que ficou conhecido como genocídio, como holocausto na Argentina. Nós sabemos que esse não é um problema específico da Argentina; temos aí a realidade do Chile, do Uruguai, da Bolívia, do Paraguai e temos a realidade do Brasil dos anos 70, que não foi na intensidade da Argentina, mas aplicou esses mesmos métodos de tortura, os mesmos métodos de desaparecimento, os mesmos métodos de encrustar presos políticos. A Argentina foi longe demais, a arbitrariedade foi muito grande, ela foi muito intensa, e atingiu milhares e milhares de pessoas. Mas a questão crucial, que é a violência contra os direitos humanos, em nome de um regime político que se torna suporte e defensor dos interesses imperialistas para viabilizar um modelo econômico, exige a repressão institucional ou a repressão ilegal, esse é um problema de fundo, que magoa, que dilacerá o continente latino-americano.

O Sr. Aldo Pinto — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. JOSÉ GENOINO — Pois não, nobre Deputado Aldo Pinto.

O Sr. Aldo Pinto — Faço questão de dar este aparte a V. Ex^e para dar um testemunho que é muito importante, pelo menos para mim. O jornalista Flávio Tavares foi meu assessor quando tive a honra de presidir a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. É um jornalista que, indiscutivelmente, honra e dignifica a sua classe, e talvez tenha sido um dos homens mais torturados neste País, um dos homens que sofreu a marca dura do regime ditatorial vigente, a partir de 1964. Flávio Tavares, hoje, trabalhando de uma forma muito firme em relação aos problemas que vive o povo argentino, busca, através desse artigo, trazer a grande verdade da Argentina e todos os seus problemas. Mas também não podemos desconhecer a realidade que o povo brasileiro viveu, entre os quais está aí o próprio jornalista, que nunca escreveu em seus artigos o que sofreu, as torturas de que foi vítima por parte do regime ditatorial. E quero dizer a V. Ex^e Deputado, que, na minha casa, quando esteve em Porto Alegre exatamente o Papa, que buscava, através de uma campanha ampla de todas as nações, verificar mais de perto os sofrimentos dos povos, de modo especial os povos subdesenvolvidos, tive a oportunidade de achar lá as Madres da Plaza de Mayo, as "locas da Plaza de Mayo". E no momento em que elas se encontravam na minha casa, o DOPS tentou violentar, e buscar, através da pressão, tirar aquelas senhoras que estavam sofrendo na própria carne as agruras da ditadura Argentina. Portanto, esses dados apenas para buscar ilustrar um pouco mais fatos que o jornalista Flávio Tavares tem um conhecimento muito amplo, e que hoje ele vivendo, inclusive, na Argentina, participando mais ativamente dos problemas da Argentina, ele busca também externar as suas preocupações em relação ao sofrimento. Como também digo, Deputado Genoino, em relação ao sofrimento que existe sobretudo em toda a América Latina, e um dia talvez possamos aqui debater numa forma mais especial os problemas que estão ocorrendo no Chile, onde o jornalista Flávio Tavares também tem um conhecimento amplo em matérias soberbas sobre os atos desumanos que estão ocorrendo naquele país latino.

O SR. JOSÉ GENOINO — Muito obrigado, nobre Deputado Aldo Pinto. Incorporo o aparte de V. Ex^e ao meu pronunciamento.

É verdade a gente dizer que tanto na América Latina como no nosso País muitos foram os jornalistas, muitos foram os políticos, as entidades democráticas que correram sérios riscos, mas sempre mantiveram a defesa dos direitos humanos como uma questão fundamental, e como uma questão de princípio, muitas vezes, até, enfrentando a prepotência e a ameaça dos principais agentes dessas práticas criminosas contra os direitos humanos. E o testemunho de V. Ex^e, e a posição de muitos políticos e muitas entidades do Rio Grande do Sul foi, certamente, um ponto de apoio para os democratas, os perseguidos do Uruguai, Argentina e Chile.

E é o próprio jornalista, Sr. Presidente, que afirma que.

"As madres da Plaza de Mayo, muitas vezes chamadas "locas" — esse valoroso grupo de senhoras que fez, desde o princípio, as denúncias que agora são oficiais. E a pergunta que me ocorre é simples: Se a maioria dos jornalistas argentinos tivessem ouvido resistir, o regime militar teria tido condições de matar a todos, ou seria obrigado a, pelo menos, moderar a sua truculência?"

E aí ele faz uma pergunta dura:

"Não é uma pergunta acadêmica. Ela me dói porque desconfio que nós também, jornalistas brasileiros, fomos pouco incisivos nas denúncias de situações semelhantes aqui vividas, ainda que em escala infinitamente menor."

"A questão dos direitos humanos no continente latino-americano não é uma questão acadêmica,

não é uma questão meramente liberal, é uma questão política porque se instalaram regimes que, para viabilizar determinados interesses, eles foram obrigados e forçados a violentar a condição inerente ao ser humano, porque o assassinato, a tortura e o desaparecimento é a negação da dignidade maior e da própria essência do ser humano."

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, solicito, para encerrar o meu pronunciamento, que esta matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* de domingo, do dia 23 de setembro, assinada pelo jornalista Flávio Tavares e por outros jornalistas, solicito que seja transcrita nos Anais do Congresso Nacional como um documento, como um testemunho, como um exemplo de como a realidade vivida e que, acima de tudo chama a nossa atenção, para que fatos como este não se repitam, que nós estejamos permanentemente vigilantes para impedir que os direitos humanos no continente latino-americano, e no próprio País sejam mais uma vez desrespeitados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
JOSÉ GENOINO EM SEU DISCURSO:**

**Desaparecidos, uma ferida aberta
na história argentina**

Flávio Tavares, de Buenos Aires

Em plena euforia do poder, em 1976, o General Ramon Camps traçou publicamente as linhas de ação militar na Argentina; "Primeiro eliminaremos os subversivos, logo os colaboradores, depois os simpatizantes e, por último, os indiferentes".

Agora, oito anos depois, a Comissão dos Desaparecidos confessa que, ao redigir o relatório de suas investigações, tentou inutilmente evitar que o capítulo sobre tortura e extermínio dos presos se convertesse numa "enciclopédia do horror".

Crianças e anciãos sofreram choques elétricos diante de seus familiares, para que estes informassem o que os captores exigiam. Usaram-se "métodos de tortura desconhecidos noutras partes do mundo" e os presos, "foram exterminados ocultando-se a identidade e, em muitos casos, destruindo os corpos para evitar posterior identificação".

O menino Floreal Edgar Avellaneda, de 14 anos, foi levado de sua casa na localidade de Munro, próxima a Buenos Aires, pela polícia do General Camps. Torturado para dizer onde estava seu pai (um líder sindical), o menino foi assassinado e o corpo jogado ao rio da Prata.

Em Córdoba, o estudante Ricardo Ruffo foi preso em abril de 1976 e sumiu. Seu pai, Arturo Ruffo, percorreu quartéis e delegacias em busca do rapaz, até que foi também seqüestrado de sua casa e levado ao campo de extermínio de "La Ribera", desaparecendo também.

O choque elétrico, em que a vítima era amarrada despidamente numa cama metálica, era corriqueiro em todos os centros clandestinos ou campos de extermínio. Uma sobrevivente, a advogada A.Z., relatou, "el entierramento"; "Levavam os presos a um imenso buraco e aí nos enterravam, só com a cabeça de fora, durante quatro ou cinco dias, até que o preso pedisse para prestar depoimento. Enterravam-nos nus e todos saíam com picadas de formigas e outros bichos. Tiravam-nos dali direto à sala de tortura, ao lado da qual moravam os torturadores".

Outra sobrevivente, J.A.M., revelou uma nova e "diabolicamente requintada" tortura; "Depois dos choques elétricos no ânus, vagina e dentes, me puseram boca abaixo um cordão fininho com bolinhas, que foram difíceis de engolir, produzindo ânsia de vômito. Cada bolinha era um eléctrodo e quando funcionavam parecia que mil cristais se rompiam e se quebravam em estilhaços que caminhavam como feridas por todo o corpo."

Adolescentes

Em La Plata, capital da província de Buenos Aires, o Exército seqüestrou onze estudantes secundaristas que, em setembro de 1976, organizavam uma campanha pela passagem escolar de ônibus. Três foram soltos. Oito foram fuzilados (cinco eram moças) pelo Batalhão 601 do Serviço de Informações do Exército. O mais velho, Daniel Resero, tinha 18 anos, os demais entre 15 e 17 e a mais jovem, Alejandra, apenas 14 anos de idade. O fato é conhecido como, "a matança dos lápis". Com os meninos, o Exército só encontrou dezenas de lápis.

Entre junho e setembro de 1976, uns 60 adolescentes, entre 14 e 17 anos, chegaram seqüestrados ao campo de concentração de "La Perla", em Córdoba. Eram representantes de sala de aula em diferentes escolas secundárias de Córdoba, especialmente do colégio Manuel Belgrano. Uma sobrevivente recordou alguns nomes e apelidos: Lineiro, Hunzinker, Romani, Montero ou "Wimpy". Os militares levaram meses para decidir o que fazer com eles, até que se generalizou uma opinião: "Matar essas pombinhas, antes que cresçam e se transformem em águias".

No Natal de 1976, foram "trasladados" (transferidos) dos alojamentos de "La Perla" para os campos de fuzilamento próximos.

Raul Vilarinho, um ex-cabo naval que integrou um "grupo de tarefas" da Escola de Mecânica da Armada, narrou à Comissão dos Desaparecidos detalhes de seqüestros e assassinatos comandados pessoalmente pelo almirante Ruben Chamorro. Contou que em maio de 76 começaram os primeiros "vôos sem porta": os prisioneiros eram levados em aviões da Marinha e atirados em alto mar. Num desses vôos, um preso abraçou-se a um sargento, na hora de ser atirado, e ambos caíram ao mar.

Corpos na praia

Depois disto, os presos eram adormecidos com drogas antes de subir aos aviões. De 1976 até fins de 1980, intermitentemente, centenas de cadáveres deram às praias argentinas de Mar del Plata, Necochea, Piñamar e outras. Foram enterrados como, "NN" (nenhum nome), em valas comuns, como supostas vítimas de naufrágios.

Vilarinho contou que, certa noite, quatro membros do "grupo de tarefas" da Marinha encontraram quatro mocinhos recém-chegados do interior. Foram a um bar, beberam e, depois, os levaram a um dos apartamentos que serviam de base ao grupo. Quando os superiores souberam, veio a ordem para, "eliminar" as mocinhos, sob o medo de que pudesssem ter guardado o endereço. As quatro foram seqüestradas e mortas pelos próprios namorados dos ocasionais dos dias anteriores.

Numa mesma família depois que a polícia matou na rua o filho mais moço, em La Plata, desapareceram sucessivamente o pai, o cunhado, a avó de 77 anos e um empregado. O Exército seqüestrou em março de 1977 o promotor de Justiça Antonio Betini, cujo filho Marcelo fora morto como, "subversivo" meses antes. Um comando militar entrou no estacionamento da família do promotor, levou todos os carros, ferramentas e dinheiro e seqüestrou um empregado.

Um genro do promotor Betin, o tenente-de-fraga Jorge Alberto Devotto, buscou seus antigos colegas na Marinha para saber do sogro. Foi a Buenos Aires falar com o almirante Massera, então comandante da Marinha, entrou no prédio do comando e nunca mais apareceu. Cinco meses após, dona Mercedes Horguebil, de 77 anos, avó de Marcelo, mãe de Antonio, e sogra-ayó do tenente Devotto, e que pagava o salário do empregado do estacionamento, foi também seqüestrada. Todos foram eliminados, completando-se o círculo descrito pelo general Ramón Camps: dos "subversivos" aos indiferentes."

Sociedade é culpada por omissão

Antes os argentinos adivinhavam o destino doloroso dos milhares de presos desaparecidos nos anos da ditadura. Agora conhecem o horror que antecedeu à morte e ao extermínio maciço.

O relatório final da Comissão Nacional dos Desaparecidos apontou 8.961 casos concretos de presos "desaparecidos", localizou 340 centros de tortura e campos de extermínio, individualizou 896 militares diretamente implicados em serviços, fuzilamentos "ou outras formas de assassinato" e responsabilizou diretamente as Forças Armadas argentinas pelo que aconteceu. Depois de acumular mais de 50 mil páginas documentais, de verificar ou determinar a existência de centenas de locais clandestinos de detenção, temos a certeza de que a ditadura militar produziu a maior e mais selgavem tragédia da história da Argentina. A Justiça dará a palavra definitiva, mas o que vimos e registramos vai muito além do delito e alcança a categoria dos crimes contra a humanidade".

O terrorismo de Estado começou na Argentina, porém, em pleno governo peronista. Antes ainda do golpe militar de março de 1976. A comissão comprovou mais de 600 casos de presos políticos desaparecidos durante o governo de Isabelita Perón. "Depois do golpe de Estado, no entanto, o "desaparecimento" de pessoas se implantou como metodologia generalizada de repressão. A partir de então, os direitos humanos foram violados na Argentina em forma orgânica e sistemática pela repressão das Forças Armadas, como uma metodologia de terror planificada pelos altos. "comandos", sublinha o relatório.

As responsabilidades não se resumem às Forças Armadas. O Relatório Sábat lembra que a sociedade argentina, inteira, foi convivente pelo silêncio e pelo medo, especialmente os meios de comunicação e a Justiça: "Como se explica que os juízes nada tenham feito nos habeas-corpus e denúncias recebidas? O Poder Judiciário, que devia ser um freio ao absolutismo imperante, transformou a função de julgar num simulacro para disfarçar sua imagem externa. Os meios de difusão, sob controle ou sob autocensura, deixaram aos poucos jornalistas dissidentes à mercê do terrorismo estatal".

Mais do que "excessos"

O relatório rejeita a tese (até aqui corrente na Argentina) de que a tragédia foi gerada pelos "excessos" de uns poucos: "Esta comissão sustenta que não se cometem "excessos", se por isto se entende atos aberrantes. As atrocidades foram prática comum e extensa, atos normais e correntes efetuados diariamente pela repressão. Esta tecnologia do inferno foi levada a cabo por sádicos, mas numa execução arregimentada, sob um sistema rigorosamente militar de subordinação hierárquica."

As vítimas eram todos, pois — explica o relatório — "o epíteto, "subversivo" tinha um significado vasto, imprevisível e demencial, como em toda caça às bruxas."

"Todos estavam incluídos no delírio semântico de qualificações como, "marxismo-leninismo", "apátridas", "materialistas e ateus", "inimigos dos valores ocidentais e cristãos". Todos caíram na ratoceria, desde gente que propiciava uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam ajudar os moradores das favelas, ou dirigentes estudantis e sindicais, jornalistas não-comprometidos com a ditadura, pacifistas, freiras e sacerdotes das vilas operárias, psicólogos por pertencer a uma profissão suspeita. E os amigos de qualquer deles. Ou os amigos desses amigos, ou gente denunciada por vingança pessoal ou por presos torturados".

"Todos, na maioria inocentes de terrorismo, que nunca pertenceram aos quadros combatentes da guerrilha, porque estes participaram de batalhas, morreram em tiroteios ou se suicidaram antes de entregar-se, e poucos chegaram vivos às mãos dos repressores."

"Ministro admite impunidade em alguns casos"

Buenos Aires — O ministro argentino da Justiça, Carlos Alconada Aramburu, admitiu ontem que, muitos dos militares acusados de violações aos direitos humanos poderiam não ser punidos, seja por falta de provas, seja por invocarem o princípio da obediência devida aos seus superiores.

"Todos devemos estar preparados, inclusive com repugnância moral, para a possibilidade de que a falta de provas deixe impunes delitos que revoltam o povo e denigrem o prestígio da nação", afirmou o ministro.

Essas declarações coincidem com a intensificação das críticas de entidades de direitos humanos e partidos oposicionistas ao presidente Raúl Alfonsín, a quem acusam de não tomar medidas eficazes contra os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o regime militar.

A divulgação do relatório da Comissão dos Desaparecidos, longe de acalmar essa polêmica, provocou novas críticas ao governo. Admitindo a "honestidade" do relatório as Mães da Praça de Mayo protestaram ontem contra o fato de o documento não ter tornado públicos os nomes dos militares envolvidos."

Relatório revela 340 campos de extermínio

No ponto mais central de Buenos Aires, onde a avenida Corrientes cruza com a Nove de Julho, e os cafés, bares e restaurantes permanecem abertos e lotados as 24 horas do dia, funcionou um centro de tortura de presos políticos. Durante ano e meio, a partir de 1977, o que hoje é um estacionamento subterrâneo de automóveis foi um "chupadero" da Polícia Federal, supervisionado pelo Exército argentino.

Os 340 centros clandestinos de reclusão e campos de extermínio que a Comissão Nacional dos Desaparecidos localizou pelos quatro cantos do país foram "o pilar fundamental da política de desaparecimento de pessoas", executadas de 1976 até o ano passado. Alguns foram centros clandestinos passageiros, como certas delegacias policiais ou alas dos hospitais de San Isidro e Haedo, ou a "assistência pública" de Boulogne, todos junto a Buenos Aires. Ou como a ilha de Martín García, no rio da Prata, ou as ilhotas do rio Tigre, onde o Exército e a Marinha esconderam seus presos em 1978, durante a visita à Argentina de comissão de direitos humanos da OEA.

Outros foram campos de extermínio como a Escola de Mecânica da Armada ou a guarnição militar do Campo de Mayo em Buenos Aires, "La Perla" e "La Ribera" em Córdoba, outros tantos em Rosário, Bahia Blanca, ou cada capital de província ou cidade onde existisse um quartel.

A Escola de Mecânica da Armada (Esma) ocupava vários quartéis na cidade de Buenos Aires, até as margens do rio da Prata. Foi o centro de extermínio do qual a Comissão dos Desaparecidos logrou reunir maior número de dados, provas e indícios. A política do ex-comandante da Marinha, almirante Emilio Massera, de libertar e enviar ao estrangeiro os presos misioneros que "colaborasse profundamente", transformou-se num bumerangue: a maioria dos colaboradores informou organismos de direitos humanos e a própria Comissão dos Desaparecidos sobre a estrutura do campo, seus chefes, métodos de tortura e extermínio.

Mais de 4 mil pessoas passaram pela Esma, onde a Marinha montou um centro para processar e arquivar toda a informação sobre os presos, seus familiares, amigos e "outros suspeitos".

As formas de execução variavam do afogamento (levados em aviões, os presos eram lançados em alto mar) ao fuzilamento ou ao envenenamento por injeções na veia. Houve casos de enforcamento. Os corpos não jogados ao mar eram cremados.

"A Pérola"

Em espanhol, "La Perla" que dizer, "A Pérola". A poucos quilômetros da cidade de Córdoba, no interior argentino, o campo de extermínio de "La Perla" começou a funcionar no final do governo de Isabelita Perón e alcançou seu apogeu no período em que o general Luciano Menéndez comandou o 3º Exército, no período ditatorial.

Foi o maior campo de extermínio de presos. Subordinado ao 3º Exército, constituía a "seção 3 de operações especiais", do destacamento 141 de informações. Seus galpões eram visíveis a olho nu, meio caminho entre Córdoba e Villa Carlos Paz. Os presos eram geralmente fuzilados num ritual de guerra, a alguns quilômetros da sede do campo, em descampados, e ali mesmo enterrados.

Os oficiais comprometidos com a "guerra suja" haviam feito um "pacto de sangue", pelo qual todos se comprometiam a executar pessoalmente os seus prisioneiros. Os presos eram abatidos em fila, pés e mãos atados, e antes ouviam uma brevíssima sentença: "condenado por traição à pátria", ou "condenado como agitador marxista".

Os soldados recrutas que, sendo também estudantes, eram suspeitos de simpatia com os "guerrilheiros", eram fuzilados de uniforme, com os olhos vendados.

O general Menéndez compareceu várias vezes ao campo. Alguns sobreviventes asseguram que disparou pessoalmente sua pistola contra prisioneiros.

Em qualquer campo, o "traslado" (transferência) do prisioneiro era o sinal de morte. Em "La Perla", um caminhãozinho Mercedes-Benz transportava os presos para os locais de execução: os oficiais chamavam o veículo de "Menéndez Bem".

A documentação dos campos foi destruída. "ou removida para lugares aos quais a Comissão de Desaparecidos não teve acesso". A reconstituição fez-se com base em inspeções ou relatos de sobreviventes ou ex-repressores — "poucos dos quais demonstraram arrependimento pelo que fizeram".

"Justiça deve estabelecer a verdade sem revanchismo"

Nenhum preso escapou à sanha dos seus captores. "Nem mesmo os inválidos, as crianças, os anciãos ou as mulheres grávidas", narra o relatório. Mais de cem crianças (quase todas recém-nascidas), filhas de pais presos ou seqüestrados, continuam sumidas. Quase nada se sabe do paradeiro de outra meia centena de crianças, nascidas em cativeiro, cujas mães foram presas já grávidas.

Os depoimentos espontâneos prestados à Comissão dos Desaparecidos por um enfermeiro e seis médicos do hospital militar do Campo de Mayo permitiram estabelecer detalhes do parto de algumas dezenas de presas.

As mães (todas "desaparecidas") davam à luz de olhos vendados para não poder ver o filho, nem saber o sexo. Em alguns casos, as parturientes resistiam e eram também algemadas. As salas de parto eram improvisadas no pavilhão de epidemiologia (distante do resto do edifício) e nada se registrava em nenhum livro hospitalar.

Nascida a criança, as mães eram imediatamente separadas dos filhos, sem sequer tê-los tocado. Muitas mães tiveram seus filhos em operações de cesariana e, em várias, o parto foi adiantado de "muitos dias" por ordem militares superiores.

Ninguém no hospital soube alguma coisa sobre o posterior destino das mães nem de seus filhos. Um dos médicos testemunhou que "todas as noites" se escutava a saída de um avião de transporte, "Hércules" do aeroporto da base do Campo de Mayo. Entre as 23 e 24 horas, o avião decolava, retornando entre uma hora e trinta minutos da madrugada. "Esse vôo diário era objeto de co-

mentários por parte dos funcionários civis do hospital, dizendo-se que levava gente que seria atirada ao mar. A mesma testemunha viu um grupo numeroso de pessoas, os olhos vendados e algemadas nas mãos e nos pés, "depositadas" certa vez no piso de uma sala do hospital", diz o relatório.

Cita-se ainda o caso de Claudia Inés Grumberg, uma jovem paralítica, sobre quem o próprio General Jorge Videla, em dezembro de 1977, afirma a jornalista estrangeiros que "esta detida, apesar de inválida", "Lembro porém — acrescentou Videla — que ser inválida não significa que não possa ser terrorista, pois terrorista não é só quem coloca bombas, mas também quem age com suas idéias contra nossa civilização ocidental e cristã."

A investigação sobre os desaparecidos levou a Comissão Sábat a estabelecer que dois bispos católicos, Dom Enrique Angelelli e Dom Carlos Ponce de León, defensores dos direitos humanos e críticos do regime militar, não faleceram em acidentes, como se divulgou na época, mas como vítimas de atentados urdidos pela polícia ou pelas Forças Armadas.

"Não estamos movidos pelo ressentimento, nem pelo espírito de vingança e só pedimos a verdade e a justiça", sublinha o Relatório Sábat, lembrando que essa é também a posição de igrejas de diferentes confissões, que entendem "que não poderá haver reconciliação sem arrependimento dos culpados e sem uma justiça fundamentada na verdade".

O relatório lembra que os membros da comissão receberam ameaças "por parte dos que cometeram os crimes, os quais, longe de arrepender-se, voltam a repetir a guerra suja".

Insiste na necessidade de que a Justiça decida sobre tudo o que foi investigado: "A verdade e a justiça permitem que vivam com honra os membros das Forças Armadas que são inocentes e que correm o risco de serem enlameados por uma incriminação global e injusta. Só a verdade e a justiça permitirão às Forças Armadas argentinas considerar-se como autênticas herdeiras daqueles exércitos que, com o heroísmo e pobreza, libertaram a metade do continente no século passado."

Presidida pelo escritor Ernesto Sábat, integrada por juristas, jornalistas, catedráticos universitários, três representantes do Parlamento e um Bispo católico (Dom Jaime Neves), um Bispo metodista (Dom Carlos Gatinot) e o rabino Marshal Meyer, a Comissão dos Desaparecidos funcionou nove meses como organismo oficial. Nesse tempo, desfez o dogma que o General Leopoldo Galtieri tinha apontado às Forças Armadas em 1981, no "Dia do Exército":

"Esta página brilhante da história militar argentina, para alcançar o prêmio da glória, teve que caminhar por zonas de lodo e escuridão, que ninguém, definitivamente ninguém, deve pretender atualizar ou desvendar", disse Galtieri.

Pouco mais de três anos depois, quase tudo foi desvençado."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Lembra aos Senhores Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências".

O Sr. Lélio de Souza — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lélio de Souza.

O SR. LÉLIO DE SOUZA (PMDB — RS — Pela ordem) — Sr. Presidente, com base no art. 29, § 2º, do Re-

gimento Comum, em face da inexistência de quorum, requeiro a V. Ex^a o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — É evidente a falta de quorum. Vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 38 minutos.)

Ata da 292^a Sessão Conjunta, em 26 de setembro de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Frangelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolph Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Piress — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Joaquim Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Piamentel — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ney Ferreira — PDS; Priscila Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul

Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Esírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brando Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Menonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Veloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior

— PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; José Genuino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemburg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Itirival Nascimento — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Anselmo Peraro — PMDB; Aroaldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanies — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nady Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 280 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 18, DE 1984-CN

Em 26 de setembro de 1984.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 02, de 1984, que "estabelece eleições diretas nos municípios considerados estâncias hidrominerais", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este órgão para apresentação do parecer que se encerra dia 1º de outubro e já prorrogado por 120 (cento e vinte) dias.

Outrossim, esclareço que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Adhemar Ghisi, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Gastão Müller**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O requerimento lido depende de deliberação do Plenário.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário é concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 353/84

Brasília, 24 de setembro de 1984.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, tenho a honra de indicar a V. Ex^a o nome do Senhor Deputado Antonio Pontes, para integrar, em substituição ao Senhor Deputado Darcílio Ayres, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que "dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. — **Nelson Marchezan**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDÉS PEREIRA (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

Sen. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo do meu Estado, o Governo Montoro, entregou, há duas semanas, 240 viaturas novas para a Polí-

cia Rodoviária do nosso Estado, com equipamentos modernos, a fim de facilitar o trabalho daquela corporação.

Na próxima sexta-feira, dia 28, 100 Municípios do Estado de São Paulo deverão receber ambulâncias novas, preparadas, equipadas para o atendimento da população.

Aos poucos, o Governo vai dando atendimento aos pedidos, às solicitações, às reivindicações do interior do Estado de São Paulo. É bem diferente do Governo Paulo Maluf. Este mandava ambulâncias para o Nordeste, para fazer campanha política. Lá, compramos ambulâncias para nosso Estado, para nossas Prefeituras.

Então, sexta-feira, às 11 horas, teremos a solenidade, no Palácio, da entrega de 100 ambulâncias novas, preparadas para atender a 100 Municípios de São Paulo. É assim que se governa: com honestidade, com respeito ao dinheiro do povo, sem dinheiro de "Paulo e Pedro", sem outras obras faraônicas, nada disso. Aos poucos, o Governo de São Paulo vai se impondo, vai cumprindo seus compromissos, vai saldando suas promessas em praça pública e, dentro de pouco tempo, São Paulo terá, sem dúvida alguma, um atendimento melhor, dando uma estrutura a todo o seu interior, porque o povo já começa a acreditar no Governo do PMDB, no Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

Sen. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez, o Congresso Nacional se reúne para apreciar o voto presidencial ao projeto de autoria do Deputado Geral Bulhões e do Senador Passos Pôrto.

Nós sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que as Oposições têm responsabilidade na derrubada do voto presidencial, na questão dos royalties. E estaremos aqui, nesta Casa, e fora dela, para denunciar a ausência de todos os Parlamentares, sejam eles da Oposição, sejam eles do PDS, sejam eles da Frente Liberal, que não cumprem seus compromissos de Parlamentares comprometidos com a economia de seus Estados. Nós sabemos que a questão dos royalties, hoje, é uma questão da própria sobrevivência financeira dos Estados produtores de petróleo, os Estados do Pará, de Sergipe, do Ceará, da Bahia, de Alagoas, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, se maiores responsabilidades tivessem os Srs. Parlamentares, sejam eles das Oposições, sejam eles os companheiros da Frente Liberal, e mesmo aqueles do PDS, que têm compromissos com o Governo e que devem ter maiores compromissos com seus Estados, eles teriam de estar aqui, hoje, para juntos derrubarmos este voto, que é uma discriminação do autoritarismo em, relação aos Estados produtores de petróleo.

Falo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, em nome do Estado de Sergipe e denunciarei a ausência de todos aqueles, independente da cor partidária, que estiverem ausentes desta decisão que diz muito dos interesses de nossos Estados. Não podemos admitir, Sr. Presidente, que Estados produtores de petróleo continuem a andar de pires nas mãos, pedindo ao Governo Federal um pouco do muito que ele produz. É uma injustiça a política do Governo Federal quanto à situação dos Estados produtores de petróleo.

Sergipe, Sr. Presidente, por sua produção petrolifera, tem condições de ser um dos Estados com uma das maiores rendas per capita deste País. No entanto, a população sergipana vive momentos de dificuldades, poderia até dizer de falência total e de miséria, dentro desta política de concentração de recursos nas mãos do Governo Federal.

O projeto dos royalties, por qual tanto lutamos nesta Casa, é um incentivo àqueles Deputados que têm compromissos, verdadeiramente, com seus Estados. Hoje, quando estamos apreciando o voto ao projeto de autoria

de Geraldo Bulhões, Passos Pôrto e outros, temos certeza de que haveremos de contar com o apoio desta Casa para aprovarmos nosso projeto.

Sem dúvida alguma, quando esta Nação enterrar os vinte anos de autoritarismo, os Estados produtores de petróleo, como Sergipe, haverão de receber seu quinhão pela grande participação que eles oferecem à renda nacional. E isto haveremos de ter no Governo Tancredo Neves.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nobre Líder do PDT, na sessão matutina do Congresso, denunciou o descumprimento do acordo, por parte da Liderança do PDS, no que tange à emenda que altera a política salarial, e denunciou também o fato de que o nobre Líder do Partido do Governo, no acordo firmado com as demais Lideranças, havia ocultado a questão dos trabalhadores das estatais.

Valendo-me da palavra do nobre Líder do PDT é que trago este assunto, porque é preciso, Sr. Presidente, lembrar que já os trabalhadores das estatais foram castigados pelo Decreto-lei nº 2.100, decreto esse que reduziu, de forma substancial, os ganhos dos trabalhadores das empresas estatais e que passou, como passam todos os decretos leis, pela via infame do recurso de prazo.

O Governo, submisso às determinações do Fundo Monetário Internacional, alega que as despesas de pessoal, nas empresas estatais, trazem enorme sobrecarga ao déficit público.

Como este Governo está comprometido com o FMI em zerar o déficit público, mesmo que seja à custa da esfolia dos trabalhadores brasileiros, ele tudo faz para reduzir os ganhos salariais da classe trabalhadora, precipuamente neste caso dos trabalhadores que operam nas empresas estatais. É preciso dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que é uma falácia, é um engodo, é uma verdadeira trapaça a tese que vem sendo sustentada pelos Ministros da área econômica, no sentido de que os custos de pessoal das empresas estatais são determinantes do déficit público. Estudos recentes em cima das cento e oitenta empresas produtivas do Estado demonstraram exatamente o contrário.

Basta-se que se diga, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que em 1980 as despesas com pessoal, nas empresas estatais, representavam 13,4% do orçamento dessas mesmas empresas. Em 1984, esse índice reduziu-se para 12%. Portanto, percebe-se que, ao longo dos quatro anos, houve uma tal defasagem, uma tal perda dos níveis salariais dos trabalhadores que eles decresceram o seu peso no orçamento das estatais de 13,4 para 12 por cento.

No entanto, pasmem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os encargos financeiros das empresas estatais se elevaram, sobretudo, da ordem de 6,6% em 1980 para 15,4% em 1984. Basta que se diga que a ELETROBRÁS teve um crescimento do seu custo de pessoal de 688% de 1980 a 1983, enquanto o custo financeiro elevava-se a 1.972%. Se nos reportarmos ao orçamento da SIDERBRÁS, veremos que esta empresa estatal teve, entre 1980 e 1983, um crescimento do custo de pessoal da ordem de 759%, e esta mesma empresa, no mesmo período, teve um crescimento de seus custos financeiros da ordem de 4.548%.

Essa imensa diferença, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, caracteriza que são os erros, os desmandos e as contradições da política econômica-financeira do Governo que geram a crise em que vivemos e não o salário dos trabalhadores das estatais. É inaceitável que o Governo descarregue sobre os ombros dos trabalhadores a causa determinante da crise financeira em que o País está engolfado. Todos os fatores que causam a inflação na área do capital estão liberados, mas o Governo quer arrochar

os salários, para impedir que a inflação cresça no País. Isso caracteriza, notoriamente, uma transferência de riqueza, porque se a área do capital está liberada e os salários arrochados, isto é nitidamente uma transferência de recursos de uma classe para outra.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é preciso chamar a atenção desta Casa para a falácia, para a mentira, para a trapaça que representa a alegação permanente do Ministério da Fazenda de que os trabalhadores das empresas estatais são a causa do déficit público, quando fica comprovado, neste estudo, que a causa está exatamente nos custos financeiros que foram gerados por uma política de absoluta irresponsabilidade, de espírito rigorosamente antinacional e contrárias aos interesses do povo brasileiro.

Era isso que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concede a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento e os bancos de investimento recolhiam, até recentemente, 10% do saldo dos seus depósitos a prazo ao Banco Central, ao depósito compulsório de que todos tomamos conhecimento. Com a Resolução nº 960, do dia 12, essa resolução arrancada do Conselho Monetário Nacional, esta taxa de 10% foi elevada, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, para 22%. Só para se ter uma idéia, o sistema financeiro paranaense, com esse aumento de índice, será enxugado, apenas neste ano de 1984, em 116 bilhões de cruzeiros. Um levantamento feito recentemente nos leva à conclusão de que o Governo Federal centralizará 30 trilhões de cruzeiros apenas com esse aumento de 10 para 22%.

Sr. Presidente, não é preciso ser economista para concluir que atitudes como essa geram a elevação de juros, reduzem a oferta de dinheiro e centralizam os recursos financeiros. Com isso, sofre quem? A lavoura, que já vem sofrendo com a falta de EGF, sofre a indústria, sofre o comércio.

Daí, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a oportunidade do pronunciamento do Governador José Richa, ontem, no Paraná, quando declarou, na reunião do BRDE, que, dessa forma, os bancos estaduais de desenvolvimento estão inviabilizados, só restando aos governos estaduais duas alternativas: a primeira é drástica, seria promover a extinção, pura e simples, dos bancos estaduais; e a segunda, acolhida por unanimidade pelo Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul, o CODESUL, seria a formalização de um protesto veemente que mobilizaria as Bancadas federais de todos os Partidos.

Essa é a primeira voz, que se ouve no Congresso, de protesto contra essa Resolução nº 960 e, tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que outras vozes surgirão em defesa do nosso lavrador, do comércio, da indústria, e contra a centralização de recursos junto ao Governo Federal que minimiza as possibilidades dos Estados e dos municípios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concede a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em nome de 700 mil trabalhadores, que compõem a categoria bancária brasileira, venho a esta tribuna para, mais uma vez, demonstrar a desoladora situação imposta ao povo e especialmente ao bancário, em decorrência da política implantada pelo Governo Federal, com o intuito de “conter a inflação”.

O bancário, somente em 1983, perdeu 22% de seu salário graças aos Decretos-leis nºs 2.012 e 2.045, além de o INPC de setembro do mesmo ano ter recebido vários expurgos do Poder Executivo. Ainda foi cortada a taxa de produtividade que, pela Lei nº 6.708/79, tornou-se um direito adquirido através de negociações coletivas.

Essa alarmante situação, que torna o poder aquisitivo do bancário insuficiente à manutenção de suas necessidades, é inacreditável, visto que os bancos são os grandes beneficiados pela crise.

A indústria e o comércio foram os setores da economia mais atingidos pela recessão, enquanto que os grupos financeiros, nos últimos quatro anos, auferiram lucros extraordinários, obtendo um crescimento de 1.833%. Assim, o lucro dos bancos foi 88,4% superior aos reajustes salariais dos bancários.

Mais, agravando a situação dos funcionários, os bancos utilizam a rotatividade de mão-de-obra, unicamente visando à redução de seus custos operacionais e à obtenção de maiores lucros.

Pelos motivos expostos e visando melhores salários, como também digna condição de trabalho, os bancários, através da Campanha Nacional Unificada, apelam à classe patronal com as seguintes e prioritárias reivindicações:

“1 — Garantia de emprego: impossibilidade de qualquer bancário ser despedido, durante a vigência do Instrumento Normativo (12 meses), como meio de dar-lhe estabilidade emocional, além da econômica;

2 — Correção semestral de salários: reajuste salarial integral, para todos os bancários, em setembro/84 e março/85, eliminando os efeitos do arrocho salarial contido no Decreto-lei nº 2.065/83;

3 — Reajuste trimestral: antecipação de reajustes em dezembro/84 e junho/85, como forma de suavizar os efeitos da altíssima taxa semestral de inflação, compensáveis quando dos reajustamentos normais;

4 — Reposição de perdas salariais: devolução da média de 22%, diminuída dos salários dos bancários, tendo em vista a sua submissão, em março/83 e setembro/83, aos efeitos dos Decretos-leis nºs 2.012/83 e 2.045/83;

5 — Salário de ingresso: Cr\$ 350.000,00 para o pessoal de portaria e limpeza e de Cr\$ 465.000,00 para os escriturários, caixas e pessoal de tesouraria. Tais valores estão muito próximos do mínimo necessário para a sobrevivência de uma família, levantado recentemente pelo DIEESE.”

Destra forma, em união e solidariedade aos bancários brasileiros, dirijo-me aos meus ilustres pares a fim de sensibilizar a classe patronal e obter alguma minimização para os problemas sociais. Pois seus auxiliares nada mais querem além do direito de trabalhar com mais segurança, decência e dignidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concede a palavra ao nobre Deputado Antônio Câmara.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já discutimos esse projeto e voltamos hoje, mas para fazer um registro. Recebemos vários apelos do meu Estado, do Rio Grande do Norte, não só da Federação das Indústrias, mas da Câmara Municipal de Macau, cujo município é o maior produtor de petróleo do Rio Grande do Norte, e aqui faço minhas as palavras do Deputado Jackson Barreto que, por um esquecimento, sei que não foi proposital, ao citar os Estados produtores de petróleo, esqueceu o Rio Grande do Norte, mas informo ao meu nobre colega que o Rio Grande do Norte é o terceiro produtor de petróleo deste País.

Como não poderia deixar de ser, trago a nossa palavra, fazendo um apelo ao Congresso Nacional, para que possamos oferecer à Nação um exemplo de soberania deste Congresso, porque há mais de 16 anos não se con-

segue derrubar um veto presidencial, nesta Casa, e não fora só isso, o projeto segundo o entendimento do Plano, encontra-se eivado de inconstitucionalidades. Mas, temos pareceres de todas as comissões, não só da Câmara, mas do Senado, da Comissão de Constituição e Justiça e, como se não bastasse, da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, mostrando que não há essa inconstitucionalidade no projeto de autoria do Deputado Geraldo Bulhões.

Portanto, Sr. Presidente, pelo que representa esse projeto, se conseguirmos derrubar o veto presidencial, não só para a economia do Rio Grande do Norte mas para a de dez outros Estados brasileiros, faço este apelo, em nome dos meus colegas do Rio Grande do Norte, e com a permissão do meu colega Senador Martins Filho, que se encontra à Mesa, pois sei que ele aceitará que estas minhas palavras também sejam as dele, para que o Congresso, num ato de soberania, possa derrubar o veto presidencial. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Eudes.

O JOSÉ SR. EUDES (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tenho particularmente estranho as declarações sobre política internacional do candidato da Aliança Democrática, ex-Governador Tancredo Neves, como posições profundamente conservadoras e reacionárias. Posições que não dizem nem combinam sequer com as que o Governo hoje aplica, por exemplo, quando se refere a Cuba e o coloca numa posição parecida com a dos anos 50/54, quando os Estados Unidos desflagravam a guerra fria contra aquele país, e que o próprio Itamaraty hoje não pratica, não produz e não vê; e vê hoje, de alguma forma e com simpatia, até aproximações de delegações, hoje, de cubanos que transitam com liberdade pelo país, embora específica e restritamente ao campo da cultura e do desporto.

Por outro lado, as declarações se referem à posição adotada no Brasil, contra o sionismo como forma de racismo, têm sido também declarações mais atrasadas, mais conservadoras, mais reacionárias do que a postura assumida por este Governo no fórum da Organização das Nações Unidas, quando lá o Governo Brasileiro votou, com todos os países do mundo, a condenação do racismo como uma forma particular e especial do sionismo, como uma forma particular e especial de racismo.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, essa política continuada, atrasada e retrógrada, aplicada e praticada pelo candidato da Aliança Democrática, nos preocupa; nós que hoje buscamos ter no nosso País, relações constituidas com todas as nações democráticas do mundo inteiro; nós que defendemos o imediato restabelecimento de relações com a República de Cuba, pelos seus interesses, pelo espírito de respeito e autodeterminação dos povos; nós que propugnamos que o Brasil continue no concerto das nações, votando e deliberando contrariamente à política do *appartheid*, não podemos concordar, de forma alguma, que um candidato, que se propõe como candidato da transição democrática, tenha um discurso obscurantista, tenha um discurso atrasado em relação a esses aspectos da política internacional.

Esperamos que o candidato da Aliança Democrática, ex-Governador Tancredo Neves, se reabilite com relação à Nicarágua, já que vamos receber aqui, na semana que vem, o Comandante da Frente Sandinista Bayardo Arce. É uma oportunidade que ele terá de fazer com que o Brasil cumpra o papel mais importante nos desígnios das formulações de política do grupo de Contadora e que saiba que aquele país, hoje, vive agredido pelos Estados Unidos da América, de forma direta pelo Sr. Ronald Reagan, e de forma indireta pelas organizações subversivas, tipo CIA, e outras na tentativa de desestabilizar aquele governo democrático. É uma oportunidade em que ele terá de mostrar melhor clarividência, melhor

compreensão, melhor clareza, melhor espírito democrático, com relação à política que se possa praticar com respeito à restauração, à dignidade, à soberania e autodeterminação dos povos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ocupo a tribuna para registrar o lançamento, em Porto Alegre, do novo visual do *Jornal do Comércio*. Este jornal é um órgão de imprensa da mais alta qualificação, da mais alta expressão no Estado do Rio Grande do Sul. Existe há 51 anos, prestando serviços à comunidade gaúcha, dentro do melhor estilo da informação sadia, da informação isenta, da informação imparcial.

O *Jornal do Comércio* chega hoje a 70 mil pessoas através de assinaturas, levando a eficiência de seus serviços e a utilidade de sua informação. É presidido hoje pela Srª Zaida Jarros, que faz um trabalho de destacada atuação, significando a mulher gaúcha e a mulher brasileira, principalmente num momento em que se busca a igualdade de direito entre homens e mulheres, se busca a eficiência, se busca a afirmação das representantes femininas nos diferentes postos de comando da comunidade.

O novo visual do *Jornal do Comércio* circulou, pela primeira vez, na edição de ontem. Na segunda-feira à noite, a Srª Zaida Jarros, junto com a direção do *Jornal do Comércio*, recebeu a comunidade representativa gaúcha: o Governador do Estado, o Senador Pedro Simon e lideranças representativas dos diferentes setores da comunidade. Hoje, D. Zaida Jarros está em Brasília, onde receberá as Bancadas Federais do Rio Grande do Sul, na Câmara e no Senado Federal, bem como outras lideranças, em comemoração a esse evento.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o novo visual do *Jornal do Comércio* traz, como contribuição nova, a revitalização e o alargamento do espaço para a cobertura política, para o comentário político que, sem dúvida alguma, é um prestígio para o poder político, e é também um espaço que possibilitará o aprofundamento da consciência crítica, já que a Srª Zaida Jarros, Diretora-Presidente, assegura-nos que garantirá o espaço para as diferentes correntes de pensamento se manifestarem livremente, o que é de todo elogiável, numa nação onde, amiúde, se encontram órgãos de Imprensa a serviço da submissão e da desinformação.

Era este o registro, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fazendo, afinal, votos para que o novo visual, a nova imagem lançada no *Jornal do Comércio* do Rio Grande do Sul possa colher grandes resultados e continuar prestando um extraordinário serviço à comunidade riograndense e brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAJUVA CUNHA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez damos esse triste espetáculo à Nação: não há número para podermos sequer votar a rejeição do voto injusto, infíquo, incompetente, maldoso e cruel do Senhor Presidente da República à lei, que depois de oito anos aqui, nesta Casa, passou a conferir aos Estados e municípios que em sua plataforma continental são produtores de petróleo a indenização a que justamente têm direito.

Como declarei aqui, na última sessão que tivemos, no dia 26, vou novamente ler os nomes daqueles Deputados do Estado do Rio de Janeiro que faltaram, hoje, a esta sessão, e dar o número dos que faltaram nos outros Estados, que também seriam beneficiados com a rejeição desse voto presidencial.

Mas, tenho uma boa notícia. O nosso prazo final será no dia 3 de outubro próximo. Acabo de ser informado pelo Presidente do Congresso de que já está acertado que no dia 3 de outubro vamos ter a última chance de rejeitarmos esse voto presidencial, numa sessão que o Presidente vai convocar para as 19 horas, com uma coincidência extremamente importante; é que nesse próprio dia 3 de outubro vai ser colocado em Plenário o problema da Lei da Informática. O Deputado Freitas Nobre, que é o Presidente dessa Comissão, e que está presente aqui, juntamente com o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, para prestigiar esta reivindicação que é de oito Estados, mas que é sobretudo do Estado do Rio de Janeiro, informou-me que já tem a concordância do Presidente do Senado para que no próximo dia 3 nós tenhamos, então, esses dois assuntos, que são os mais importantes e que a Nação está toda ansiosa por ver resolvidos, repito, no próximo dia 3. Quer dizer, o dia 3 de outubro é um dia histórico para este Parlamento. É um teste realmente fundamental esse próximo dia 3, pois vamos ter, além da Informática, de um lado, o voto, do outro.

Sr. Presidente, é incrível, também e quero aqui deixar registrado, a ausência de identidades como Estado, do Estado do Rio de Janeiro.

O Governador Brizola, em sua campanha, dizia sempre que gostaria de dar ao Estado do Rio de Janeiro uma coisa que o Estado não tinha, que é a mentalidade de Estado. Como nós sempre fomos a corte, nós nunca nos unimos em torno dos verdadeiros interesses do Estado.

O Rio Grande quando tem um problema — e ainda recentemente teve um problema —, o Rio Grande todo se une. É sindicato de trabalhador, é Assembléia Legislativa, são Câmaras Municipais, é Federação das Indústrias, eles não querem saber se é Governo, se é Oposição, quando se trata de um legítimo interesse do Estado e do povo do Rio Grande do Sul. Minas Gerais é assim, Paraná é assim, mas no Estado do Rio de Janeiro há apatia vergonhosa das instituições patronais, sobretudo. Onde é que está a Federação das Indústrias. Eu quero cobrar, daqui, a posição do meu amigo Arthur Donato, o que ele fez pelos royalties de petróleo; o que que fez o meu amigo Rui Barreto, da Associação Comercial do Rio de Janeiro? O que que fez o meu amigo Amaury Temporal, também da Associação Comercial do Rio de Janeiro? O que fizeram esses senhores para mobilizar os Congressistas, para pressionar legitimamente os Congressistas, para estarem presentes aqui? Mas eles têm ainda uma chance, eles ainda têm uma semana de prazo para fazerem valer a sua força. Não é possível que somente a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro tenham um horizonte tão pequeninho que só cuidem dos seus medíocres interesses, e não vejam a verdadeira importância que há, para o nosso Estado, de receber, sem custo de arrecadação, uma quantia que hoje seria da ordem de 300 mil dólares por dia. E estou calculando em dólar, porque a taxa cambial varia todos os dias. É mais ou menos em torno disso, 300, 340 mil dólares por dia. E até o fim do ano, nós vamos a quase 280 mil barris na plataforma continental.

Então, será que essa gente, será que as classes patronais, será que os industriais, comerciantes do Rio de Janeiro não percebem que esse dinheiro vem enriquecer o quê? O Estado! Vem facilitar suas atividades industriais e comerciais, não quero falar nem no aspecto humano, daqueles Municípios do norte fluminense, que são os sacrificados, das populações de Campos, de Macaé, de Cabo Frio, de São João da Barra. Quero falar, sobretudo, dessa sangria. Isso é, realmente, um descaso que fica aqui caracterizado; portanto, vamos aguardar, para o próximo dia 3, a presença dessas associações de classes, tanto da Federação das Indústrias como da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e as demais instituições. Aliás, devo fazer justiça, aqui, do Clube de Engenharia e à Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro, pois esses dois se mobilizaram, inclusive o Clube

de Engenharia está preparando um painel que será colocado na Cinelândia, com os nomes dos Deputados que faltaram a esta sessão e dos que faltarem, eventualmente, à sessão do dia 3 de outubro.

Finalmente, Sr. Presidente, muito a contragosto, vou quer os nomes dos Deputados do Estado do Rio de Janeiro que não estão aqui, hoje: Agnaldo Timóteo, Eduardo Galil, J.G. de Araújo Jorge, Marcelo Medeiros, Rubem Medina e Sebastião Nery.

Infelizmente, estou lendo os nomes de três companheiros do meu Partido. É verdade que J.G. de Araújo Jorge está viajando; é verdade que Agnaldo Timóteo veio me informar que ele tinha um programa de televisão, hoje, à noite, em São Paulo. Mas sou obrigado a registrar, desta tribuna, para que conste nos Anais os nomes dos Deputados fluminenses que estão ausentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY (PT — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estive há pouco no Gabinete do Ministro do Trabalho, Ministro Murillo Macedo, onde tive a oportunidade de lhe perguntar, pessoalmente, se S. Ex^a se lembrava da última vez que houve reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, este órgão que foi criado no Governo anterior, que praticamente foi desativado pelo Presidente João Baptista Figueiredo, a partir da sua última reunião formal, em 18 de março de 1981. Essa foi a data da última reunião solene do Conselho de Desenvolvimento Econômico, segundo me disse a secretária desse Conselho, dona Conceição.

Agora, por que dessa pergunta? Porque, segundo o Livro Branco, do Banco Central, a verdade sobre o caso Coroa-Brastel em 30 de junho de 1981, foi aprovado pelo CDE, o empréstimo de 2 bilhões e meio de cruzeiros, da Caixa Econômica Federal, concedido ao grupo Coroa-Brastel, à Sociedade Nacional de Comercialização Integrada, SNCI.

Já escrevi ao Ministro da Fazenda, solicitando a cópia do despacho do Aviso nº 377, em que os Ministros do Planejamento e da Fazenda recomendam, ao CDE, que aprovem aquela operação. Não recebi a cópia desse referido aviso.

Escrevi, em 2 de agosto, ao Presidente João Baptista Figueiredo, solicitando informação sobre se houve ou não a reunião do CDE, e se Sua Excelência poderia enviar-me a cópia desse Aviso nº 377. Até hoje não recebi resposta.

Sugeri ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que examine irregularidade no mercado financeiro, o Senador José Fragelli, se S. Ex^a poderia fazer um requerimento a respeito; pois o Senador José Fragelli, Presidente da CPI, encaminhou requerimento ao Ministro do Planejamento, solicitando, desde 18 de agosto, a cópia do referido Despacho nº 377, ao CDE. Até hoje o Ministro do Planejamento não respondeu. O que se pode notar é a falta de vontade do Ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, em responder essa questão, pois, na medida em que o fizer, provavelmente, mostrará para a opinião pública que não falou a verdade.

É possível, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que não tenha havido a referida recomendação dos Ministros Galvães e Delfim Netto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico; é possível, também, que não tenha havido reunião alguma do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Na verdade, na agenda do Presidente João Baptista Figueiredo, datada de 30-6-81, suposta data dessa reunião, não houve nenhuma reunião do CDE, das 10 horas da manhã às 17 horas e 30 minutos. Nos horários compreendidos na agenda publicada na Folha de S. Paulo de 30-6-81, não havia nenhum compromisso do Presi-

dente da República com o CDE, muito menos qualquer reunião com os Ministros do Planejamento e/ou da Fazenda.

O Ministro Murillo Macedo respondeu-me que na próxima semana me dará a resposta definitiva. Mas, perguntei a S. Ex^a se se lembrava de ter aprovado o empréstimo da Caixa Econômica Federal para a Coroa-Brastel, e ele me respondeu que a primeira vez que ouviu falar sobre o assunto, na sua lembrança, foi quando leu nos jornais a denúncia que eu havia formulado, de que aquele empréstimo havia sido aprovado pelo CDE. Empréstimo, aliás, realizado com objetivo fictício, conforme já tem sido amplamente divulgado à imprensa. Agora, o que estou procurando saber é quão fictícia foi a reunião do CDE, que não mais se reuniu desde 18 de março de 1981.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS. RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reafirmo a posição assumida na última quarta-feira, quando da apreciação desse mesmo voto ao Projeto de Lei nº 149/75 da Câmara dos Deputados, do honrado Deputado Geraldo Bulhões. Ninguém ainda falou no autor desse projeto de lei, que será a redenção de cinco Estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Pará. O nobre Deputado Geraldo Bulhões é autor desse projeto de lei, vetado pelo Senhor Presidente da República, e nós votaremos contra o voto do Presidente da República. Como da outra vez, nós nos pronunciamos neste sentido o voto total ao Projeto de Lei nº 149/75, que no seu Art. 27 estabelece:

“A sociedade e suas subsidiárias quer dizer, a Petrobrás, ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% aos Estados ou Territórios, e 1% aos Municípios, sobre o valor do óleo, do xisto bituminoso e do gás extraídos em suas respectivas áreas, onde se fizeram a lavra do petróleo.”

Portanto, estes 4% aos Estados e 1% aos Municípios são importantíssimos para esses cinco Estados. O voto apostado pelo Senhor Presidente da República tem que ser derrubado, tem que ser derrotado, e nós estaremos aqui atentos, no próximo dia 3, como estamos hoje, como estivemos ontem, para a derrubada deste voto que é acionoso, que agride os Estados onde se faz a exploração do petróleo.

Representando o povo do Estado do Rio de Janeiro, estamos aqui vigilantes e atentos, e haveremos de derrubar este voto no dia 3. A nossa luta tem de ser intratigante neste sentido. Companheiros que agora nos aceitam, como o nobre Deputado Leônidas Sampaio, Lázaro de Carvalho e outros honrados companheiros aqui presentes, estarão certamente, no dia 3, aqui atentos para a derrubada do voto do Presidente da República.

Nós não podemos ter medo de ações do Executivo. Nós, que somos livres e independentes, que não temos rabo, que não temos de dar satisfação nenhuma ao Presidente da República, estamos contra as suas medidas que atentam contra os interesses dos nossos Estados. Nós não temos medo de cara feia, estaremos vigilantes e clamaremos a todos os companheiros desta Casa e a todos os companheiros do Senado Federal, que venham no dia 3 para a derrubada do voto ao Projeto de Lei nº 149/75, de autoria da Câmara dos Deputados, do honrado Geraldo Bulhões, que merece todos os nossos elogios e todos os nossos aplausos pela autoria dessa feliz proposição.

Em nome do povo destes cinco Estados: Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Pará, contra o voto, contra a ação do Presidente da República, que é nefasta aos interesses do povo dos nossos Estados.

Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Presidente, Senador Lomanto Júnior. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder, Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ) — Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Mais uma vez, e esta é a oitava, venho tratar deste projeto que tantas esperanças despertou no meu Estado, que animou as forças produtoras e que despertou a atenção da classe trabalhadora, porque a sua aprovação levaria para o Estado do Rio de Janeiro recursos que possibilitariam um surto de desenvolvimento em todos os setores.

Sr. Presidente, eu já disse nesta Casa que, quando se preparou a lei referente à PETROBRÁS, o Poder Executivo esqueceu de ali incluir a exploração do petróleo que fosse feita na plataforma marítima. Não estabeleceu uma norma e nem a distribuição de recursos como o fizera para o petróleo explorado em terra. Foi um erro do Poder Executivo, mas também foi uma falha do Poder Legislativo, porque não se cuidou da matéria.

Sr. Presidente, não é possível, depois que o Brasil começou a explorar petróleo na plataforma marítima, deixar os Estados que estão próximos ou a jusante daquela plataforma ficarem sem recursos, sem receber nada.

Sou testemunha de que no Estado do Rio de Janeiro, nos Municípios de Campos, São João da Barra, Cabo Frio e Macaé, a PETROBRÁS passa com suas máquinas, com seus caminhões pelas ruas da cidade, mas não deixa nenhum recurso, nada que venha a retribuir a população que tanto necessita de apoio.

Há mais de 10 anos o norte fluminense tem sonhado com esses recursos. Certa vez, o *Jornal do Brasil*, em um tópico, declarou que os quatorze municípios do norte fluminense têm uma renda *per capita* inferior ao Nordeste, afirmou que era uma das zonas mais empobrecidas de todo o País e que poderia se equiparar àquelas zonas subdesenvolvidas do mundo inteiro. Li, e levei o recorte ao Presidente da República para mostrar a Sua Excelência. Mas, Sr. Presidente, o Chefe do Executivo não se compadeceu, como também os Ministros não se compadeceram daquela situação.

A luta se travou nesta Casa, de comissão em comissão; os Deputados dos Estados interessados acompanharam o trabalho; o projeto tramitou pelo Senado. Lá, também, o esforço foi observado, sobretudo por parte dos Senadores dos Estados que tinham interesses ligados, mas todo o Senado aprovou e até apresentou uma emenda que, voltando à Câmara, foi aprovada.

Sr. Presidente, eu pergunto: por que esse voto presidencial? Em que se estribou o Governo? Nenhum argumento jurídico poderia informar ou dar consistência para afirmar que ele contraria a Constituição. De nenhuma maneira, Sr. Presidente, ainda mais agora, quando na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados tramita um projeto que tem um substitutivo do próprio Líder do Governo, Deputado Nelson Marchezan, que diz respeito à política salarial, que poderia se confrontar com o art. 57 da Constituição, mas ninguém, nem o próprio Líder do Governo, levantou essa questão.

Não há, de nenhuma maneira, argumento capaz de fazer com que esse voto subsista, que tenha resistência no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, no meu Estado, todas as forças vivas se ergueram, se levantaram: vereadores do norte, do sul, do leste, do oeste, das zonas ribeirinhas como da serrana, lá de Valença, de Barra do Piraí, de Miguel Pereira, de Rio das Flores, de Três Rios, de Sapucaia, de todos os municípios, enfim; e os prefeitos fizeram apelo aos Deputados. Mas, não posso esquecer, Sr. Presidente, que também dentro do Rio de Janeiro as forças produtoras capitaneadas pela Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio, a Associação Commercial, o Clube de Engenharia, todas as organizações

do Estado fizeram debates em torno da matéria e apelaram para os Deputados e Senadores para a derrubada do voto.

Sr. Presidente, aqui estou como fluminense. O Governador do meu Estado não pertence ao meu Partido, mas foi eleito pelo povo, teve uma consagradora vitória e nós devemos oferecer recursos, não ao Governador do Estado, mas ao Estado do Rio de Janeiro, para que possa dinamizar todos os setores das nossas atividades, notadamente aquelas que dizem respeito ou ligações com o petróleo, aquelas que dizem respeito à energia, ao transporte e à educação.

Sr. Presidente, eu, como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, quero convocar a todos os parlamentares, de todos os Partidos, para que rejeitemos o voto apostado a este projeto do Deputado Geraldo Bulhões, porque se assim o fizermos estaremos carreando para o interior do País, para os Estados e muitos municípios recursos, dando a essas unidades administrativas vida, força e vigor, arejando suas finanças e levando o progresso aos nossos patrícios. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Lamentavelmente, não votaremos hoje a rejeição ao voto do Senhor Presidente da República ao projeto que estabelece o pagamento de royalties aos Estados, cujas plataformas submarinas produzem petróleo. É mais uma injustiça, uma discriminação que se pratica contra os Estados nordestinos, o Estado do Rio de Janeiro, atingindo diversos Municípios de nosso Estado, que são produtores de petróleo na sua plataforma submarina.

Reitero meu pensamento de que é uma injustiça e um ato mesquinho do Governo Federal, que o diminui perante a opinião pública nacional pelo tratamento que dá ao Estado do Rio de Janeiro. Os Estados já se encontram esvaziados na arrecadação tributária e essa contribuição do petróleo, extraído do seu solo, poderia vir suavizar a situação financeira desses Estados, até mesmo para compensar a deterioração de seus serviços públicos, bem como dos municípios do Rio de Janeiro e de outros Estados que são usados pelas empresas petrolíferas, pela PETROBRÁS, principalmente na extração do petróleo. Cito aqui o caso do acidente na plataforma de Enchova, onde morreram vários trabalhadores fluminenses, e o sacrifício desses municípios, principalmente nesse caso específico de Macaé, que teve uma despesa além do seu orçamento para atender a essa emergência.

É lamentável que, através de um pacote eleitoral, tenha o Governo mudado o sistema de voto, que poderia ser rejeitado através da maioria absoluta, para 2/3, impedindo este Congresso de manifestar a opinião do povo brasileiro com relação ao injusto voto do Senhor Presidente da República ao projeto de lei. É um voto injusto que realmente não poderia ser oposto a essa legislação que atendia aos interesses de quase dez Estados de nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o protesto de um representante do Estado do Rio de Janeiro, que seguramente é o ponto de vista da população dos Estados atingidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Jorge Leite.

O SR. JORGE LEITE (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Bancada do PMDB do Estado do Rio de Janeiro se encontra presente em plenário para apreciar o voto presidencial a esta lei.

Não entendemos o comportamento da Presidência da República, de sua Assessoria, que naturalmente orientou no sentido de negar que fosse atendida uma das mais legítimas aspirações dos Estados que têm a responsabilidade de produzir petróleo, carreando recursos para o Governo Federal, através da PETROBRÁS. Assistimos, Sr. Presidente, a cada dia que se passa, o antifederalismo em marcha. É o centralismo do Governo Federal, que na realidade não desperta para uma melhor distribuição da renda neste País, onde os Estados e os Municípios possam ter uma participação direta numa das maiores fontes de produção da renda nacional, que é a PETROBRÁS.

Não entendemos, Sr. Presidente, o tratamento de apoio que até hoje esta Casa do Congresso tem procurado dar a uma política municipalista, ao fortalecimento da política estadual de descentralizar o controle dos recursos, porque, depois de ser aprovada esta lei, pela qual o Presidente da República deveria sensibilizar-se, principalmente com o apelo que recebeu, inclusive, de vários setores de municípios representados pelos seus prefeitos e vereadores, na verdade, o que estamos assistindo é chegar o último prazo, e não termos número para derrubar um voto que é ingrato, que é injusto.

Sr. Presidente, se o próprio Governo Federal, que tem o bolo maior dessa receita nacional, declara-se em dificuldade, como não estarão os prefeitos e os governadores de Estado!

Na verdade, precisamos não só da derrubada deste voto, mas trabalhamos para que, em breve, possamos ver restabelecida, em toda a sua plenitude, a autoridade e a soberania do Congresso Nacional, para que possamos legislar sobre matérias dessa natureza e devolver aos Municípios, aos Estados e aos Prefeitos, os recursos necessários às populações que compõem esses Estados, especialmente os que foram e seriam abrangidos pela lei vetada pelo Presidente.

Aqui estão conosco, na noite de hoje, o Prefeito Alair Correa, de Cabo Frio. Temos aqui também o Vereador Renato Viana, Presidente do PMDB de Cabo Frio. Temos outros companheiros que aqui estão, acompanhando um projeto que foi vetado e que não é de interesse pessoal, mas é de interesse nacional, por uma melhor distribuição de renda neste País.

Quero falar um pouco, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sobre o Estado do Rio de Janeiro, que foi vítima de uma fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara, e, ali, ferindo-se o art. 14 da Constituição, transformaram o Estado da Guanabara em município, sem fazer o plebiscito, como reza e determina esse artigo da Constituição. Deram apenas quatro anos de apoio para a implantação de queque projeto de fusão ao, hoje, novo Estado do Rio de Janeiro. Mas deram um tratamento especial para Mato Grosso do Sul, onde foram concedidos 10 anos, Sr. Presidente, com todo o apoio necessário, não só para que seja implantado, mas que seja consolidada a criação desse novo Estado.

Todos sabem da nossa oposição ao Governador do Estado do Rio, Sr. Leonel Brizola. Mas é verdade que, neste assunto, temos que estar juntos, porque precisamos defender o quinhão, aquilo que pertence, sem dúvida alguma, ao povo fluminense, assim como o povo dos demais Estados envolvidos nessa questão.

Por isso, quero fazer um apelo, para que no dia 3 de outubro, o dia fatal, informados pela Liderança do PMDB, Deputados Freitas Nobre e Egidio Ferreira Lima, assim como pelo o nobre Deputado João Bastos, que aqui está na Liderança, todos qui estejam, em plenário, para a apreciação deste voto.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui fazendo um apelo, porque precisamos ter, neste plenário, a maioria esmagadora de todos Congressistas, para devolver a esses Estados um direito líquido e inalienável, porque é a riqueza dos solos desses Estados e desses Municípios.

Não queremos tirar nada da PETROBRÁS, mas é verdade, que alteraram, também, a Lei nº 2.004, quando

resolveram realizar os contatos de risco com as empresas multinacionais. E aí, sim, houve quórum, aí sim, houve apoio por decreto e a coisa chegou onde havia interesse do Governo.

Não estamos aqui para fazer críticas exacerbadas, não estamos aqui para aproveitar a matéria, que é de profundidade de importância, para avançar em outros temas que temos compromisso, que é pela redemocratização deste País, pelas eleições diretas, pelo compromisso que temos com o povo brasileiro, mas estamos aqui, Sr. Presidente, para deixar registrada a nossa presença, o nosso voto, o nosso apoio, a nossa esperança e a nossa certeza de que no dia 3 de outubro aqui estarão todos os Deputados e Senadores, para derrubar esse voto, porque sei que até mesmo vetando, o Congresso vai ter, sem dúvida alguma, a sua autodefinição, como um poder que se emancipa a cada dia na derrubada desse voto, que é, sem dúvida alguma, e acima de tudo, prejudicial, muito prejudicial aos Estados e Municípios que esperavam através da aprovação, da sanção, recursos maiores para atender àquelas populações.

Agradeço ao eminente Senador Lomanto Júnior, pela paciência que teve e o tempo que me concedeu para que pudesse expor, com maior profundidade, aquilo que nós pensamos, que nós desejamos: a derrubada do voto em favor desses Estados e municípios que esperam muito um Governo que centraliza tudo.

Era o que tinha a dizer (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) Concede a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não vou demorar muito porque os temas desta sessão, hoje, já foram bastante discutidos pelos Srs. Congressistas.

Mas, lamentando mais uma vez que a sessão do Congresso Nacional não conte com o número necessário para a apreciação de uma matéria de importância, qual seja, o voto apostado pelo Senhor Presidente da República ao projeto que instituía os royalties para os Estados produtores de petróleo.

Mas, Sr. Presidente, também quero hoje utilizar este rápido espaço para, mais uma vez, reafirmar a posição que temos mantido nesta Casa, e hoje enriquecida pelo depoimento do ilustre Líder do PMDB Deputado Freitas Nobre.

Algumas incompreensões têm cercado o posicionamento dessa Liderança e, em especial, do meu Partido, na questão da votação da Emenda do projeto salarial, da votação da Emenda do Deputado Nelson Marchezan. E, hoje, tenho o regozijo e a satisfação, de recolher o depoimento do Deputado Freitas Nobre que informa, como não podia ser de outro modo, não estavam e nem nunca estiveram nas negociações as hipóteses do art. 14 e do art. 17 da chamada Emenda Marchezan.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nós estamos à procura, estamos abertos a uma discussão que possa melhorar a dita Emenda chamada de Nelson Marchezan.

E, por último, Sr. Presidente, para comunicar a esta Casa um fato que, embora pessoal, é muito interessante. Há cerca de cinco meses, usando a tribuna desta Casa, fizemos, aqui, denúncias sobre corrupção no Ministério da Educação, especialmente no que se referia aos 1º e 2º graus. Na oportunidade, trouxemos provas irrefutáveis, aqui, à tribuna da Casa, de que uma diretora daquele setor do Ministério da Educação, juntamente com a sua substituta, eram sócias de uma empresa chamada CODEBRAS. Exibimos, inclusive, o contrato social dessa empresa, empresa que se destinava a vender programas de educação para várias Secretarias de Estado. Essas senhoras se considerando caluniadas, foram ao Supremo

Tribunal Federal, fizeram uma representação contra este Deputado. O Sr. Procurador-Geral da República, procurador-geral de plantão, aliás, semana que vem, vou abordar a questão da Procuradoria-Geral do Estado e, sobretudo, o escândalo da efetivação dos Subprocuradores, vou trazer com dados irrefutáveis, aqui da tribuna desta Casa, inclusive beneficiando o Sr. Procurador-Geral da República — houve por bem dar seguimento à representação.

E, Sr. Presidente, quero hoje, com regozijo, dizer que o Supremo Tribunal Federal, em sessão secreta, como é de praxe, examinando a denúncia, resolveu não acolhê-la porque, na verdade, as informações que trouxemos eram verdadeiras e não constituiriam calúnia. Estou bastante feliz, e sobretudo, porque no exercício do meu mandato tenho procurado ser responsável; tenho procurado, aqui, da tribuna desta Casa e nas comissões técnicas, como podem comprovar os meus pares, exercer o meu mandato com a maior dignidade e sem nenhuma possibilidade ou desejo de caluniar ou injuriar pessoas. Mas acho que estou no cumprimento de meu dever, em trazer à tribuna desta Casa as denúncias comprovadas, que chegam ao meu conhecimento. Por isso, o resultado do Supremo Tribunal Federal vem provar que este Deputado não caluniou ninguém. E não foi necessário reunir a Câmara dos Deputados para, através de projeto de resolução trancar a ação penal que intentaram contra este Deputado.

Esta a informação que queremos trazer hoje, a esta Casa, dizendo que o nosso posicionamento não se afastará um milímetro de, sempre que necessário, denunciar aqueles que causam prejuízo ao povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está expondo em Brasília o artista amazonense Arnaldo Garcez: 27 anos, mais de 20 mostras de Brasil a Brasil, prêmio Governo do Estado do Amazonas (81), Galeria Lamounier (Rio de Janeiro, 80).

Sua vinda deve-se à iniciativa de que tenho a honra de participar, ao lado do Vice-Governador do meu Estado e do jornalista Isaías Ribeiro, de *A Crítica* de Manaus.

Pensamos todos na necessidade de se compor uma política cultural para o Amazonas e um dos passos é a valorização do artista local, a divulgação dos trabalhos lavrados na região, o esforço a uma batalha onde os guerreiros são os intelectuais de minha terra.

Arnaldo Garcez é, em sua arte, autenticamente amazonense, apesar de fugir ao estereótipo de pintar apenas as paisagens locais e certos clichês envolvendo o índio, o caboclo, as árvores, a floresta. Sua técnica é esmerada, fazendo uso de materiais naturais como o urucum, o carvão vegetal, o lápis cera, tudo isso sobre papel jornal.

Arnaldo faz trabalho de reflexão sobre o momento político, sobre as precárias condições de vida do povo brasileiro. Capta o cotidiano de nossa gente. Volta-se para o trabalhador. É sensível e progressista. Revela talento e sentimento social.

Arnaldo é o povo pintando. Exatamente isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: é o povo pintando a sua própria vida, a sua visão, a sua luta.

O Corredor de Exposições da Casa está aí para testemunhar o talento do jovem amazonense. Por uma semana inteira, o Amazonas estará presente em Brasília denunciando e bradando pelos quadros de Garcez.

Sua mostra, por outro lado, não é fato isolado. Outros seguir-lhe-ão os passos. Nossa presença será constante desde o momento presente.

O simples início, porém, nós já o consideramos uma vitória de Arnaldo Garcez, de Manoel Ribeiro, de Isaías Ribeiro, de *A Crítica*, do Amazonas como um todo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há na minha cidade, Caxias do Sul-RS, um homem e um clube. Ambos estão intimamente associados. O primeiro se chama José Francisco Gama; o segundo é a Sociedade Recreativa e Cultural "gaúcho", e congrega os homens de cor, embora esteja brasileiramente aberto a todos os que desejem tornar-se seus sócios. Movido por razões profundas, o Clube construiu sua sede, confiados em recurso da comunidade e de seus associados e num empréstimo, através da Caixa Econômica Estadual, do BNH. O empréstimo vinha sendo saldado pontualmente, como sempre foi tradição naquela entidade, composta por homens da mais consagrada honradez. Com a sobrevinda da inflação, houve um desequilíbrio entre a receita e a despesa. A projeção feita pelos dirigentes, e notadamente pelas famílias que tomaram a si a confiança do empréstimo, levou à conclusão de que o clube se tornaria inadimplente. O Sub-Tenente José Francisco Gama, homem de coração generoso, não titubeou um minuto, apoiado por sua esposa, a maravilhosa D. Eulália Medeiros Gama: pagou o restante da dívida, desembolsando cerca de três milhões de cruzeiros, e condicionou, em

Assembléia Geral, que o clube pague de conformidade com sua receita, e se esta caísse a dez cruzeiros, por mês, seriam dez cruzeiros a receber. O pagamento será feito sem juros e correção monetária. Trata-se de um gesto de grandeza deste homem que, em todos os documentos, faz questão de firmar-se com seu grau na carreira militar: Sub-Tenente. Registro-o e cumprimento ao Maestro José Francisco Gama, cidadão de Caxias do Sul, portador da Medalha do Gaúcho, da Medalha Caxias do Sul e patriota honrado, da mais fina extração mineira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras provisões", tendo

RELATÓRIO, sob nº 14, de 1984-CN, da Comissão Mista.

A matéria vetada exige **quorum**, de 2/3 da composição de cada Casa para a deliberação. Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação.

A Presidência convoca os Srs. Congressistas para sessão conjunta a realizar-se no dia 3 de outubro, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983, vetado totalmente.

Lembro aos eminentes Congressistas que no dia 3 de outubro se encerra o prazo de votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca os Senhores parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje às 20 horas e 25 minutos neste Plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 45, de 1984-CN (7ª Sessão), 42 e 43, de 1984-CN, e das Mensagens Presidenciais nºs 65 e 66, de 1984-CN (2ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 29 horas e 20 minutos.)

Ata da 293ª Sessão Conjunta em 26 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 20 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sam-

paio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragnelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Viana — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza

— PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Piros — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Joaquim Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcião — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluísio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristiná Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna —

PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquiçôn Soares — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradá — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Maurício Campos — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristiano Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Edmílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 280 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. João Bastos — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, João Bastos, pela ordem.

O SR. JOÃO BASTOS (PMDB — SP) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não exis-

te 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência convoca os Senhores Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 33, de 1984, que assegura o direito de voto aos Cabos e Soldados das Polícias Militares dos Estados;

Nº 35, de 1984, que confere o direito de voto aos Cabos e Soldados das Polícias Militares; e

Nº 43, de 1984, que altera a redação do § 2º do art. 147, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 28 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)

(9^a edição — março de 1984)

(reimpressão)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:

Cr\$ 2.500,00

400 páginas

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
(22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale
postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de
Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso
postal.**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00